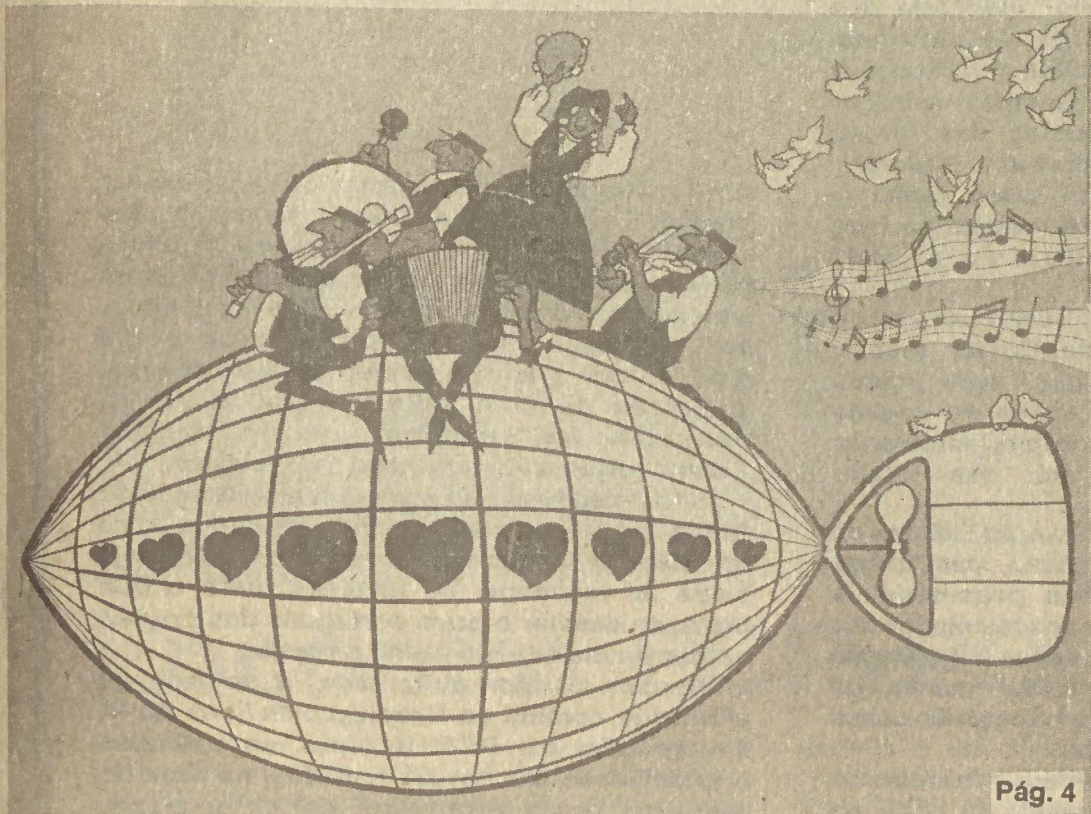




Pág. 4

**Braga: Festa da Alegria
Covilhã: Festas Serranas**

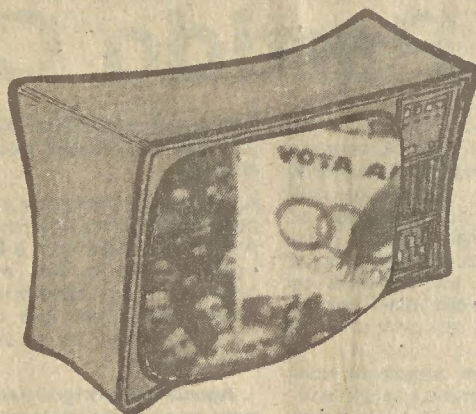
PREPARAR A VITÓRIA DE ABRIL

Págs. 3/6/12

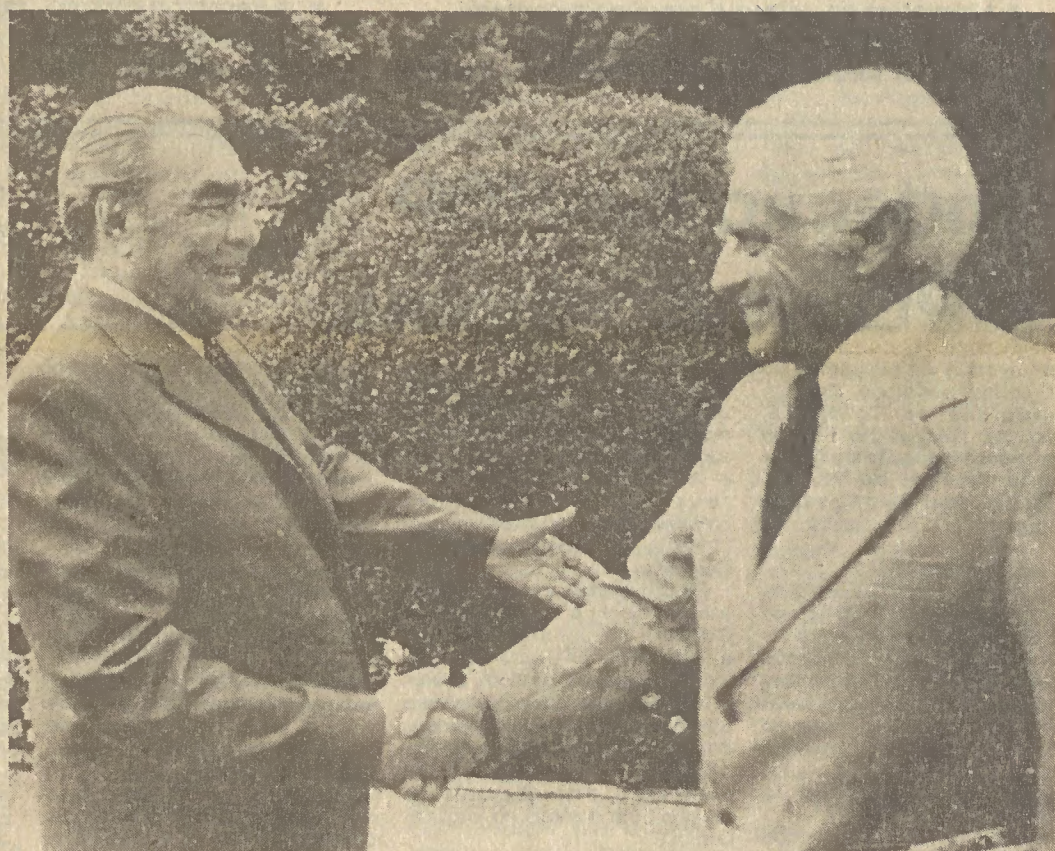


**Camaradas!
Ainda há trabalho na Ajuda!
Desmontar rapidamente e bem a Festa do
«Avante!» é conservar os materiais do Partido
e assegurar que eles podem continuar a ser úteis
ao nosso trabalho. E eles são precisos para
a campanha eleitoral! Sábado e domingo lá
estaremos!**

O PCP NA RTP



2.^a feira
11 de Agosto
às 20 e 30
a seguir ao Telejornal



O encontro dos camaradas Álvaro Cunhal e Leonid Brejnev

AMIZADE PCP-PCUS

Os secretários-gerais do PCP e do PCUS, camaradas Álvaro Cunhal e Leonid Brejnev encontraram-se no passado sábado na Crimeia

Pág. 3



**Olímpiada 80:
uma inesquecível
manifestação
de juventude
fraternidade
e confiança**

Pág. 10



Cem mil italianos manifestaram-se em Bolonha contra o atentado fascista que custou a vida a mais de 80 pessoas (Telefoto UPI-ANOP)

O crime de Bolonha: a quem serve o terrorismo?

Pág. 11

**Para que quis
Sá Carneiro
os 7000 contos
do BESCL?**

**Que destino
lhes deu?**

**Em que negócios
se meteu?**

Pág. 8

Editorial

A DIREITA CONTRA AS FORÇAS ARMADAS

A responsabilidade das forças de direita na campanha desencadeada nas últimas semanas com vista à desestabilização das Forças Armadas é por demais evidente e clara.

Quer nas razões, quer nos objectivos, quer nos métodos é uma situação que não é nova: bem pelo contrário, tem sido uma constante da prática da reacção ao longo da vida da democracia portuguesa. Por outro lado, ao mais desatento dos observadores se toma clara a evolução de um projecto de confrontação e subversão conduzido pelos partidos de uma «AD» em evidente perda de velocidade e sobre a qual, dia a dia com mais clareza, se define o horizonte de uma derrota eleitoral.

No documento «O PCP face ao plano subversivo PPD/CDS», aprovado pelo Comité Central em 25 de Janeiro do corrente ano, afirmava-se nomeadamente:

O papel das Forças Armadas na actual etapa da democracia portuguesa coloca-se em ligação com a revisão da Constituição.

«A influência e intervenção das Forças Armadas na vida política são uma realidade. Não é previsível que desapareçam nos tempos próximos. Quando as forças reaccionárias reclamam a submissão do poder militar ao poder civil, o que pretendem é de facto a substituição dos órgãos político-militares decorrentes do processo revolucionário do 25 de Abril por uma hierarquia militar abertamente reaccionária que sirva de suporte de um golpe de Estado e da destruição do regime democrático.

«O CC considera que a presença e intervenção das Forças Armadas na vida política *deve estar institucionalizada* tal como presentemente sucede e não ao sabor da mera correlação de forças — situação que criaria condições favoráveis a constantes pressões e à tentativa de golpes e pronunciamentos».

Não é, na verdade, o reforço da democracia o que as forças da direita pretendem quando

falam da «submissão do poder militar ao poder civil» e atacam os órgãos político-militares saídos do 25 de Abril.

Nem o mais obtuso dos observadores acreditará que a presença e influência das FA na vida política desapareceriam através de redondas afirmações de «submissão do poder militar ao poder civil» ou da eliminação dos órgãos político-militares. O que aconteceria sim é que essa presença e essa influência se passariam a fazer sentir *fora de um quadro institucional que não as previa.*

E porque estão as forças reaccionárias tão interessadas em que seja fora do quadro institucional que tal presença e influência se façam sentir?

Por duas ordens de razões.

A primeira, porque a reacção deseja essa presença e influência ao serviço dos seus objectivos, isto é, contra a Constituição e o regime nela definido que pretende modificar sem que para tanto tenha força e apoio popular. Estando, porém, a acção política das FA integrada no próprio texto constitucional, uma actuação das FA segundo os desígnios da direita seria abertamente inconstitucional, subversiva e antipopular — atitude contra a qual a direita sabe que se manifesta a maioria das Forças Armadas. Retirar o quadro político institucional das FA seria retirar ou diluir o enquadramento constitucional e legal da sua presença na democracia de que as próprias Forças Armadas foram obreiras.

Em segundo lugar, a direita pretende que seja através dos canais de comando e da disciplina inerentes à função combatente das FA que se faça sentir a presença e influência política destas. É um esforço para viciar a própria essência e objectivos da instituição militar, deslocando-os do campo militar que os torna necessários e legítimos, para a acção política. E isto porque assim, ao sabor de correlações de forças, nomeadamente ao nível da hierarquia militar, a direita teria campo para conspirar, manipular, seduzir, instrumentalizando contra a própria vontade política das FA a disciplina e operacionalidade militares. Sublinhando novamente o comunicado do CC, seria esta uma «situação que criaria condições favoráveis

a constantes pressões e à tentativa de golpes e pronunciamentos».

A campanha presentemente conduzida pelos partidos da «AD» — com recurso essencialmente aos órgãos de comunicação social que controla — não é assim nada de novo na prática habitual da direita portuguesa. A maior virulência dos ataques, o atabalhoamento das intrigas, o crescendo de tom dos insultos e insinuações deriva essencialmente dos crescentes — e amplamente justificados — receios das forças reaccionárias acerca do próximo acto eleitoral.

Convém contudo sublinhar que a direita se desmascara igualmente nesta campanha, que o seu plano subversivo ganha dia a dia mais transparência.

Que terá, nomeadamente, levado os partidos da «AD» a lançarem desde há meses a candidatura de um militar como Soares Carneiro, cujas claras ligações ao regime fascista o tornam, no mínimo, altamente controverso também no seio das Forças Armadas?

A afirmação feita na Proclamação Eleitoral do PCP de que «as candidaturas, campanhas e resultados das eleições presidenciais dependerão em larga medida dos resultados das eleições legislativas» é uma quase constatação de facto dificilmente discutível. Obviamente, que uma verdade tão meridiana como esta não passa despercebida mesmo à direita.

A própria Proclamação fornece a resposta ao denunciar a manobra eleitoralista da «AD» ao pretender — por já receosa dos resultados das legislativas — desviar as atenções do eleitorado para as presidenciais.

Mas torna-se igualmente evidente que a escolha de Soares Carneiro visava também o desencadear de um processo de desestabilização das Forças Armadas, de um processo de confrontação no seguimento do já iniciado com os conflitos entre o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e o Presidente da República e o Conselho da Revolução. O recurso

a um militar no activo pretendia contudo *deslocar esse processo de confrontação para o seio das próprias Forças Armadas*, introduzir nelas factores de perturbação que possam favorecer os desígnios de uma direita atolada nos falhanços, corrupções, inépcias, mentiras e violências da sua governação.

A escolha e a actuação de Soares Carneiro e dos partidos da «AD» vale por si só como uma confirmação dos seus reais objectivos.

Às forças democráticas colocam-se no presente momento objectivos essenciais para o futuro da democracia portuguesa. E esses objectivos essenciais prendem-se com a preparação das próximas eleições legislativas, com o esforço para assegurar no próximo dia 5 de Outubro a derrota das forças do 24 de Abril, a eleição de uma maioria democrática na Assembleia da República que abra caminho à constituição de um governo democrático.

São objectivos que exigem a mobilização de todas as capacidades, que requerem uma rigorosa atenção contra todas as provocações, todas as manobras de diversão, tudo o que pretenda desviar o povo português das opções fundamentais que ora se lhe colocam.

Mantém-se, por outro lado, a verdade da afirmação contida na Resolução Política do IX Congresso do PCP de que «a unidade e estabilidade das Forças Armadas, na base do respeito pelos princípios constitucionais, continua a ser da mais alta importância para a consolidação do regime democrático».

A preparação da vitória das forças democráticas nas próximas eleições sem que as permanentes manobras desestabilizadoras da direita as perturbem um milímetro é uma contribuição decisiva que todos os democratas darão para a consolidação do Portugal livre nascido do empenhamento comum do povo e dos militares portugueses iniciado no 25 de Abril.

Saudação do PCP ao PC da Colômbia

Por ocasião da passagem do 50.º aniversário do Partido Comunista da Colômbia, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Colombiano a seguinte mensagem:

Queridos camaradas, Por ocasião do 50.º aniversário da fundação do Partido Comunista da Colômbia, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas mais calorosas e fraternais saudações ao Comité Central do Partido Comunista da Colômbia e, por seu intermédio, a todos os comunistas, à classe operária, ao povo trabalhador da Colômbia.

A história dos 50 anos do Partido Comunista da Colômbia é inseparável da história viva da luta dos operários, camponeses, empregados e intelectuais colombianos pela justiça social e a liberdade, pela democracia, pela paz e o socialismo. 50 anos de luta ao longo dos quais caíram centenas de camaradas contra as prepotências, as perseguições, resistindo à violência reaccionária perpetrada pelos governos representativos da oligarquia e dos monopólios a soldo do imperialismo.

Nos dias de hoje o Partido Comunista da Colômbia lutando inatigavelmente pela unidade da

classe operária e das forças democráticas e pelos interesses vitais da classe operária e das massas populares contra a militarização crescente do regime, é bem o herdeiro das tradições revolucionárias do povo colombiano e a vanguarda revolucionária da classe operária da Colômbia.

Os comunistas portugueses são solidários com o Partido irmão da Colômbia na sua batalha contra a repressão, pela libertação de todos os presos políticos e com a luta do povo colombiano pelo aprofundamento das liberdades democráticas e pela independência nacional e com a sua luta mais geral pela libertação da Colômbia do domínio do imperialismo.

Queridos camaradas, A evolução da situação internacional continua a processar-se favoravelmente às forças da paz, do progresso social e do socialismo. A URSS e restantes países socialistas, a classe operária nos países capitalistas e o movimento de libertação nacional têm obtido importantes êxitos nos últimos anos. Para tentar travar a luta libertadora dos povos, o imperialismo internacional desencadeou nos últimos meses uma vasta contra-ofensiva. Para lhe fazer frente vitoriosamente, o Partido Comunista Português considera

da mais alta importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional, como força insubstituível na luta pela defesa da paz e do progresso social e como factor decisivo da coesão das forças anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

Estamos confiantes que o povo colombiano acabará por triunfar sobre as tentativas das forças reaccionárias e fascistas para liquidar as liberdades tão duramente conquistadas pela luta das massas populares e levará a cabo a sua luta libertadora da exploração oligárquica e do domínio imperialista.

Fazendo votos para que o Partido Comunista da Colômbia obtenha os maiores sucessos na sua actividade, os comunistas portugueses continuarão actuando para que os laços de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Colômbia se reforcem e se desenvolvam, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 50.º aniversário do Partido Comunista da Colômbia!
Viva o Partido Comunista da Colômbia!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Saudação do PCP ao VI Congresso do Partido Comunista da Venezuela

Por ocasião da realização do VI Congresso do Partido Comunista da Venezuela, o Comité Central do PCP enviou, em nome dos comunistas portugueses, ao Comité Central do PCV uma saudação onde se fazem votos pelos êxitos dos trabalhos do Congresso que tem início amanhã e se prolonga até ao dia 11 de Agosto.

O PCP vem seguindo com grande interesse e espírito solidário — diz a saudação enviada — a luta da classe operária e das massas populares da Venezuela por profundas transformações democráticas que conduzam à liquidação do poder dos monopólios locais e do imperialismo e à criação duma economia independente ao serviço do povo trabalhador.

Verifica-se o fracasso geral da política e do sistema do governo, que faz pagar aos trabalhadores o preço da expansão do capital monopolista, de que resulta o desemprego massivo e o agravamento das condições de vida daqueles, permitindo aos grandes grupos económicos da burguesia apro-

riarem-se da maior parte do produto da riqueza petrolífera do país.

Depois de manifestar a solidariedade combativa dos comunistas portugueses para com a luta dos comunistas e das massas populares venezuelanas nas várias frentes em que esta se desenvolve, a saudação prossegue:

Apesar dos perigos e ameaças para a paz mundial derivados da política agressiva do imperialismo, que procura a todo o custo impedir o avanço do progresso revolucionário mundial, o PCP continua a apreciar com optimismo e confiança o evoluir da situação internacional. Com efeito, face ao agravamento e aprofundamento da crise geral do capitalismo, assiste-se ao reforço da URSS e do campo socialista, no quadro do desenvolvimento do processo revolucionário mundial, intensifica-se a luta da classe operária dos países capitalistas e a luta dos povos de África, Ásia e América Latina. Nos últimos tempos, importantes vitórias

têm sido obtidas pelas forças revolucionárias e patrióticas, na sua luta firme e determinada pela independência nacional, a democracia, o progresso social e o socialismo.

Também na América Latina o movimento de emancipação nacional e social vem ganhando um novo e importante desenvolvimento. Solidarizando-se com o povo da Nicarágua, o PCP põe, há alguns dias, saudá-lo pelo 1.º aniversário da sua libertação da ditadura de Somoza. Solidarizando-se com a luta de todos os povos que se batem contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, o PCP condena com veemência as gigantescas manobras militares e provocações do imperialismo norte-americano dirigidas contra Cuba socialista, El Salvador e outros povos da América Central e Caraíbas, e as quais se ligam os recentes acontecimentos na Bolívia. O PCP condena firmemente o golpe de Estado provocado pelos sectores mais reaccionários do Exército, tentando

desesperadamente impedir a continuação dos esforços desenvolvidos no sentido da democratização do país e com o objectivo de aí reinstaurar uma ditadura fascista.

Desencadeando a mais larga e perigosa contra-ofensiva contra a paz e a segurança dos povos desde o período da guerra-fria, o imperialismo norte-americano deu voz a uma gigantesca campanha anticomunista e anti-soviética a pretexto dos acontecimentos no Afeganistão, prossegue uma perigosa estratégia belicista e agressiva no Próximo e Médio-Oriente de que constituem exemplo as fracasadas aventuras no Irão, ameaça a paz e a segurança no continente europeu, nomeadamente com os planos de instalação na Europa ocidental de 600 novos mísseis.

Denunciando os propósitos e a prática do imperialismo, o PCP considera que no presente contexto internacional assume decisiva importância o fortalecimento da unidade do

movimento comunista internacional e a acção solidária de todas as forças democráticas, anti-imperialistas e amantes da paz, sob formas que permitam enfrentar com sucesso as forças da reacção e da guerra. A luta pela paz adquire cada vez mais um papel primordial na luta dos povos pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

Depois de se referir à situação política portuguesa e à luta em que os comunistas portugueses estão empenhados, visando derrotar nas próximas eleições a Aliança reaccionária, a saudação ao Congresso do PCV conclui:

Continuaremos a agir pelo reforço dos laços de amizade fraternal que unem o PCP e o PCV, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, certos de assim contribuímos para o aprofundamento das relações de amizade entre o povo português e o povo venezuelano, no interesse da causa comum da democracia, do progresso e da paz.

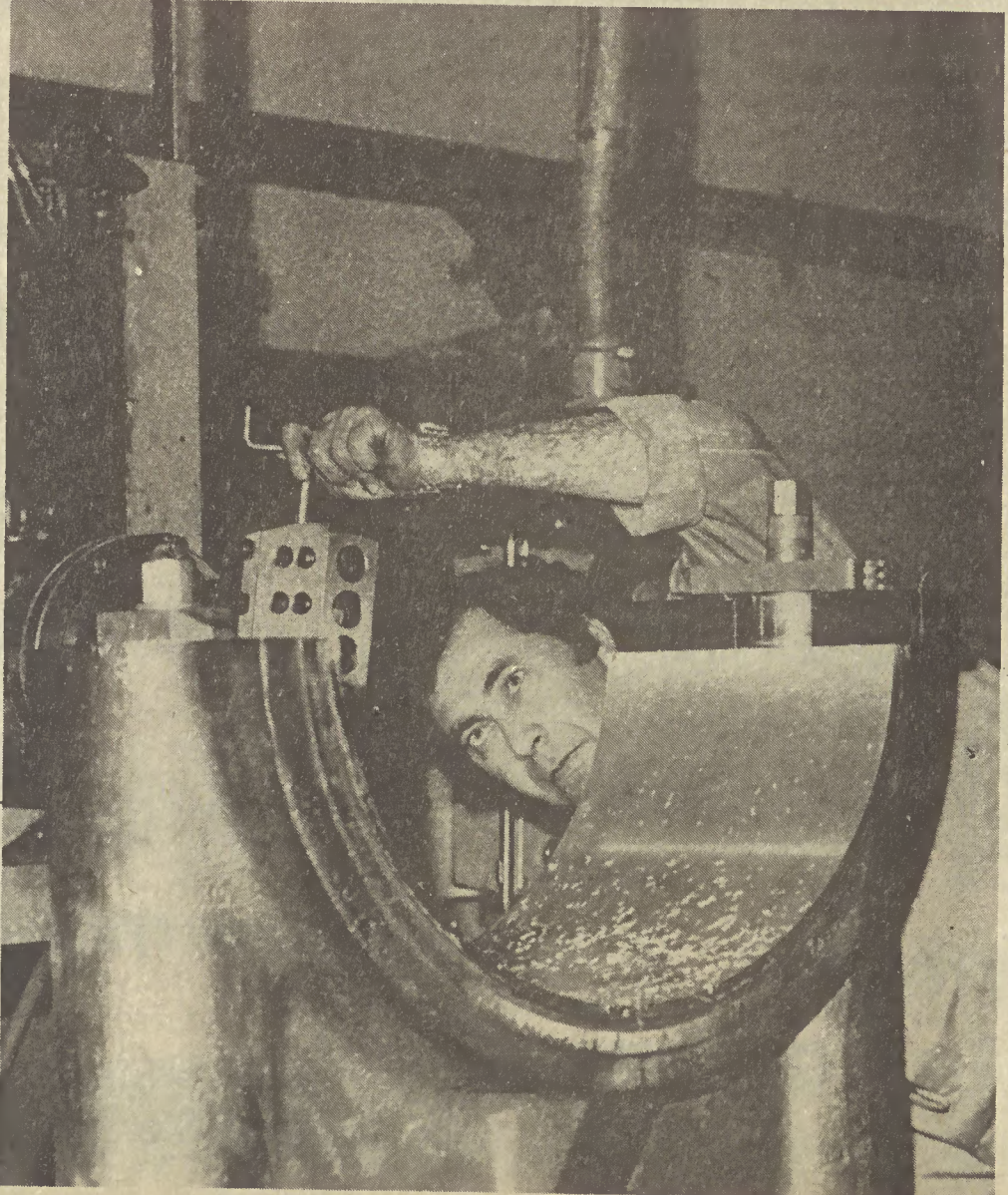
Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768725/768722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779628/779625.
Centro Distribuidor da Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v — 1000 Lisboa. Tel. 768705. (Abrange os distritos de Lisboa, Setúbal e Sintra).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28939.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedruha — 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26381.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779628.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381087.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Julho: 66.387

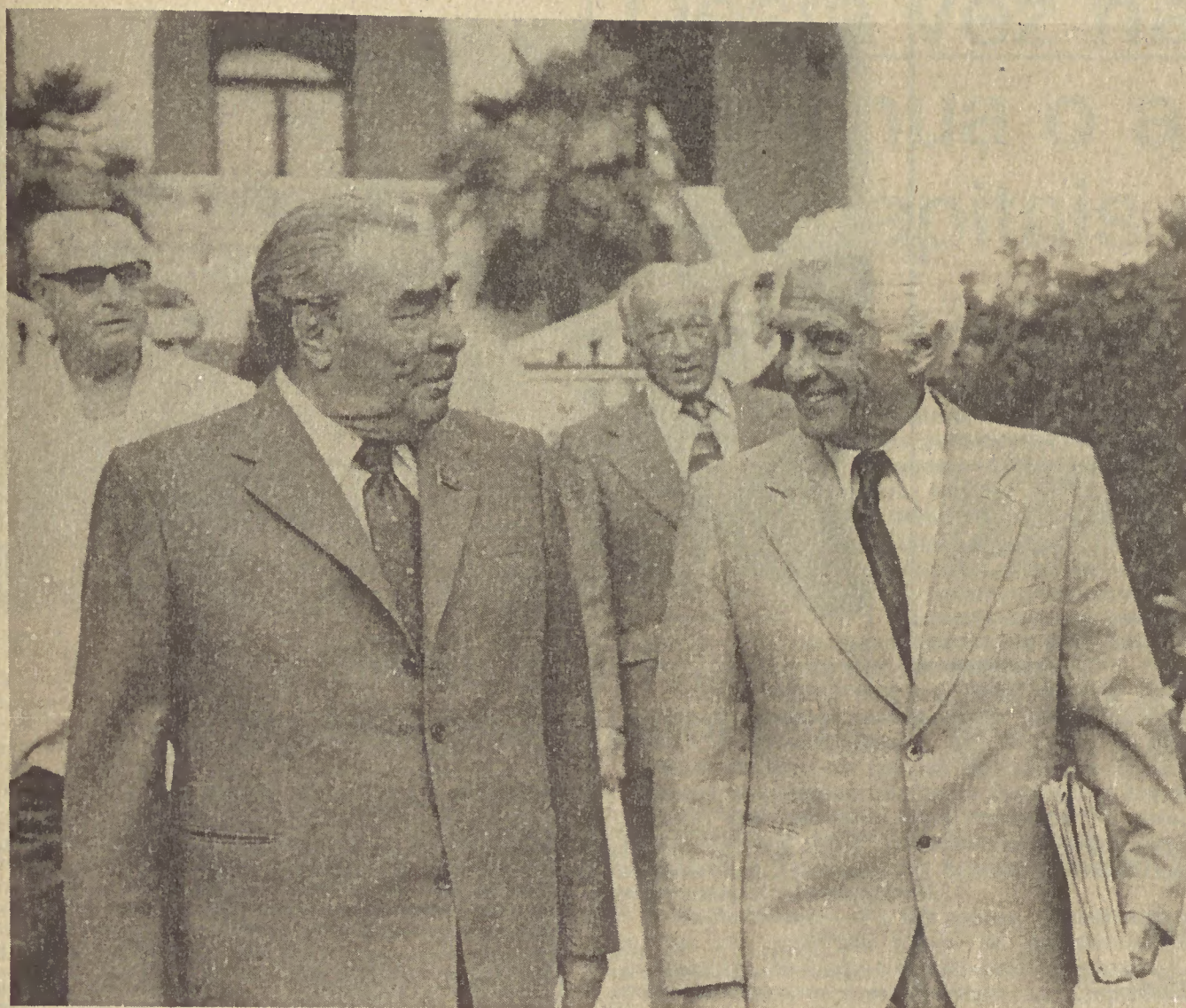


À venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

para a Vitória de Abril

edições Avante!



Encontro PCP-PCUS

No dia 2 de Agosto, realizou-se na Crimeia um encontro do Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética e Presidente do Soviète Supremo da URSS L. I. Brejnev com o Secretário Geral do Partido Comunista Português Álvaro Cunhal.

Álvaro Cunhal falou da actividade do Partido Comunista Português, da luta abnegada dos trabalhadores em defesa das transformações progressistas alcançadas com a revolução de Abril de 1974, da firme e decidida resistência que o povo português opõe às tentativas da reacção para liquidar o regime democrático.

L. I. Brejnev expressou o respeito do povo soviético para com o povo português, a solidariedade dos comunistas soviéticos para com a luta do PCP, dos trabalhadores e de todos os patriotas portugueses em defesa das conquistas democráticas. Pela sua parte, falou da política externa do PCUS, das actividades do partido na realização da parte final do décimo plano quinquenal, do andamento da preparação do XXVI Congresso do PCUS.

Álvaro Cunhal referiu o enorme significado para o processo revolucionário mundial da política externa pacífica da URSS, do reforço do seu potencial económico, da elevação constante do bem estar do povo soviético.

Os camaradas L. I. Brejnev e A. Cunhal declararam que o PCUS e o PCP farão tudo o que esteja ao seu alcance para o melhoramento do clima internacional e para a oposição às forças agressivas do imperialismo que pretendem lançar os povos numa nova corrida aos armamentos. A este respeito, foi

referido o importante significado das últimas iniciativas da União Soviética e de outros países socialistas, visando a diminuição da tensão internacional e a criação de reais possibilidades de limitação dos armamentos. Um papel particular representam as propostas feitas pela União Soviética quando da visita a Moscovo de G. Schmidt relativamente ao prosseguimento das conversações sobre os mísseis nucleares de alcance médio.

L. I. Brejnev e Álvaro Cunhal sublinharam a necessidade de reforçar a coesão dos partidos comunistas e operários, como condição para a activação da opinião pública internacional e a organização com outras forças democráticas de acções comuns pela paz e o desarmamento.

No decurso da conversa foi expressado elevado apreço pelos sucessos dos povos na construção do socialismo, na luta pela democracia, a liberdade, a independência nacional e o progresso social.

Os camaradas L. I. Brejnev e Álvaro Cunhal falaram como convictos partidários do reforço da cooperação e solidariedade entre as três grandes forças revolucionárias contemporâneas — os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional. Foi expressada a determinação de reforçar a amizade fraternal e a cooperação entre o PCUS e o PCP na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O encontro teve lugar numa atmosfera de cordialidade e camaradagem e confirmou o acordo de ambos os partidos sobre todas as questões abordadas.

“O PS e a sua Frente não terão a maioria e por essa mesma razão não poderão ser uma alternativa”

O esclarecimento político dos portugueses é uma das tarefas que, neste período, deve ser intensificada.

Pela sua íntima e profunda ligação às massas populares, o PCP tem transformado essa tarefa num dos elementos essenciais de defesa do regime democrático.

Num comício realizado em Santa Iria da Azóia, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do nosso Partido, proferiu uma intervenção em que a denúncia dos escândalos em que se ataca o governo reaccionário constituiu um dos temas centrais. Esclarecer e mobilizar a opinião pública, para derrotar a coligação reaccionária que produz tais escândalos, é uma das tarefas do momento presente.

(...) O cidadão Francisco Sá Carneiro é alvo de graves acusações, tal como o jornal «o diário» vem publicamente denunciando. Todo esse processo, já conhecido por Watergate Português, começou na época fascista e desenvolveu-se após o 25 de Abril, mas complicou-se com as nacionalizações e a aplicação do controlo de gestão por parte dos trabalhadores.

Na época fascista, com a mordada da censura e o apoio de forças repressivas, teria sido possível esconder ou abafar as burlas e irregularidades bancárias denunciadas e cobri-las com um manto de silêncio. Mas a situação actual é diferente, pois as mordadas podem-se partir e fazer vir a verdade à superfície.

É isso que «o diário» e seus colaboradores estão fazendo e, por isso mesmo, são devedores do apreço e apoio de todos os democratas e patriotas que não pactuem com burlas ou com roubos do património nacional.

As acusações que continuam em fase crescente e são cada vez mais demolidoras, envolvem Francisco Sá Carneiro e um seu irmão e a convivência do director do Banco Espírito Santo (BESCL).

Mas na medida em que todo este processo envolve o principal dirigente da «AD» e quando é o próprio cidadão Francisco Sá Carneiro que procura misturar e confundir as acusações de que é alvo com as funções que desempenha como Primeiro-Ministro, neste caso o processo Watergate Sá Carneiro acaba por envolver todo o grupo dirigente da «AD» e toda a equipa governamental. Os que tentam escamotear as acusações que pendem sobre Sá Carneiro, os que tentam também por se atolar no pantano em que Sá Carneiro

mergulhou e mergulhará cada vez mais.

O Watergate Sá Carneiro está a transformar-se por vontade dele próprio e pela convicção dos seus comparsas da «AD» e do Governo, no processo da clique que viola a legalidade democrática e a Constituição, da clique que recorre à repressão e à ilegalidade para se poder manter no Poder, da clique que trabalha para liquidar as conquistas de Abril e restabelecer o poder financeiro e monopolista do passado.

Um Governo que tem como Primeiro-Ministro um cidadão sobre o qual pesam tão graves acusações de burla, é um Governo sem dignidade e sem escrúpulos, é um Governo sem autoridade moral e política para governar e representar o País. É um Governo que é a imagem do passado fascista e que está em oposição ao Portugal democrático nascido no 25 de Abril. É um Governo que deve ser imediatamente demitido ou que deve ser forçado a demitir-se com a derrota eleitoral das forças políticas que apolam a «AD».

Um Governo dos monopolistas

O Watergate Português ajuda a compreender uma questão de capital importância para o País e para a democracia. Existe uma efectiva relação entre os banqueiros e especuladores bolsistas do passado fascista, os latifundiários que pela violência roubam terras à Reforma Agrária, com aqueles mesmos que defendem a desnacionalização da banca, dos cimentos, dos transportes e das cerviças, e que promovem ao mesmo tempo a criação de sociedades financeiras.

A autorização dada pelo

actual Governo para a criação da Sociedade Financeira Inter-Atlântica (SOFIA), sociedade que tem como fundadores ministros e banqueiros da época fascista é mais uma demonstração do carácter antinacional e anti 25 de Abril do actual Governo e da coligação da «AD».

De igual modo existe uma relação entre os gestores que invocam o sigilo bancário para intimidar os trabalhadores e esconder as burlas e irregularidades bancárias e aqueles mesmos que se opõem ao exercício do controlo de gestão dos trabalhadores.

Vale a pena citar aqui algumas passagens da entrevista dada ao semanário reaccionário «O País» (em 22-2-80), pelo dr. Henrique Gonçalves Borges, homem da confiança da família Espírito Santo e que era então do contencioso do BESCL, isto é, dos serviços do banco onde se verificaram as tais irregularidades relacionadas com as burlas atribuídas aos irmãos Carneiro.

O dr. Borges disse nessa entrevista que «a competição da banca privada com a banca nacionalizada deverá ser encarada saudavelmente como um bem necessário» (Que grande gestor e defensor da banca nacionalizada!). A seguir, não sabemos se estaria ou não a pensar no dr. Sá Carneiro, afirmou: «é preciso acabar com a angústia em que vivem os devedores da banca nacionalizada...».

Mais adiante e numa «como-vedora» solidariedade para com os devedores, afirmou: «Aos devedores que têm bens mas não têm disponibilidades de liquidez para pagar à banca nacionalizada (em quem estaria a pensar?), o Estado dar-lhe-á a possibilidade da sua recuperação. Em suma, atrevo-me a sugerir a transferência dos devedores da banca

Um capataz da «AD» para a Televisão!

1. Apesar do parecer desfavorável do respectivo Conselho de Informação, tomou ontem posse como Presidente da C.A. da RTP o antigo ministro do Governo Mota Pinto/PPD — Preença de Carvalho conhecido responsável por uma das mais odiosas ofensivas contra a liberdade de expressão, o pluralismo e a independência na comunicação social estatizada.

2. As declarações profissionais em tal acto de posse, abusivamente impostas aos telespectadores sob a forma de «suplemento» ao Telegiornal, constituíram uma despidorada confissão de que a «AD» e os seus homens de mão confiam muito pouco no juízo democrático do eleitorado e apostam muito na manipulação da opinião pública, através da instrumentalização da comunicação social estatizada e, em especial, da RTP. Se outras e fortes razões não existissem — e elas sobram — bastariam tais declarações para, só por si, atestarem que o Governo Sá Carneiro não dá as mínimas garantias da

realização de eleições em condições de efectiva seriedade e liberdade.

3. As declarações de Sousa e Brito e de Preença de Carvalho são ainda exemplarmente demonstrativas da mentalidade fascizante destes dois serventuários do governo «AD» e do seu plano subversivo contra o regime democrático.

O primeiro, nem sequer conseguiu evitar as ridículas referências aos «pesados sacrifícios» que o «empossado» pretensamente faria ao aceitar o cargo, num estilo que não envergonharia Moreira Baptista na posse de Ramiro Valadao.

O segundo, num estilo digno das notas oficiais da PIDE, não hesitou em referir-se a trabalhadores da RTP como «agentes organizados» dos partidos «no interior da empresa».

4. Não podem igualmente passar sem firme denúncia as ameaças veladas que o secretário de Estado da Comunicação Social dirigiu às entidades que legitimamente exercem o direito ao tempo de

antena. Dir-se-ia que o governo da «AD», não satisfeito com as doses maciças de propaganda governamental que a RTP diariamente transmite, ameaça agora sabotar o exercício de um direito legal dos partidos políticos e organizações sociais.

Importa a este respeito esclarecer que, ao contrário do que afirmou mentirosamente Pinto Balsemão num programa do PSD, o tempo de antenna não é um favor que o governo «AD» criou e concedeu, mas, pelo contrário, um direito conquistado com a Lei da Televisão aprovada em 1979 na Assembleia da República e cuja concretização o Governo Sá Carneiro, através de Cunha Rego, sabotou durante 4 meses.

5. A entrada em funções da RTP de Preença de Carvalho anuncia, a avaliar pelas suas próprias declarações, novas e mais grosseiras violações do pluralismo, mais descarado favoritismo em relação à «AD» e ao Governo, acrescidas e mais gravosas ofensas a elementos princípios

deontológicos e aos direitos dos profissionais de informação da RTP.

6. A proximidade e a importância dos próximos actos eleitorais torna ainda mais saliente a necessidade de intensificar o combate democrático à política de desinformação, manipulação, mentira e censura da «AD» na comunicação social estatizada.

A batalha contra as prepotências e as vergonhosas manobras da «AD» neste importante sector da vida nacional ganha indiscutivelmente o relevo de parte essencial da grande batalha democrática para garantir que o povo português nas próximas eleições possa exprimir em total liberdade a sua vontade de opinião, liberto das pressões e manipulações com que hoje o Governo Sá Carneiro agride a dignidade e a consciência dos portugueses.

Lisboa, 5 de Agosto de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A «AD» confessa:

«O que nós queremos é mudar de regime!»

1. Ao pretender apressar os aumentos salariais alcançados nos últimos meses pelos trabalhadores como mérito e generosidade do Governo Sá Carneiro, o dirigente do PSD Ângelo Correia fez ontem durante um debate na RTP/2 uma exemplar demonstração da limitada demagogia eleitoralista dos partidos da reacção.

2. Sentindo aproximar-se uma severa derrota nas próximas eleições, a «AD» não hesita em distorcer e falsificar mesmo os factos e as realidades mais evidentes e indiscutíveis. Só a falta de vergonha, a desonestidade política e o pavor da derrota certa podem explicar a ansia com que os dirigentes da «AD» procuram apresentar a sua política profundamente antipopular como um conjunto de medidas pretensamente favoráveis dos interesses dos trabalhadores.

3. É público e notório que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral procurou por todas as formas resistir à reposição do poder de compra dos trabalhadores e às suas justas reivindicações de aumentos salariais. Não está esquecida a celebre alocução televisiva em que

Sá Carneiro misturou percentagens sobre valores de diferente grandeza e procurou consagrar expressamente o tecto salarial de 18%. Não pode igualmente ser ignorada a constante cumplicidade do Governo «AD» e do seu Ministério do Trabalho na sabotagem e manobras dilatorias da grande patronato em relação à contratação colectiva. E, no entanto, apesar de tudo isto é do muito mais que se sabe, os dirigentes da «AD» vêm agora, com inexcusável hipocrisia e descaramento, querer transformar em benesses governamentais os aumentos salariais que os trabalhadores alcançaram através de duríssimas, árduas e prolongadas lutas, os quais, no entanto, estão muito longe de compensar o aumento do custo de vida e a anterior redução do poder de compra.

4. A mentira e a demagogia da «AD» não passarão. Os trabalhadores portugueses sabem que no caso da Função Pública — em que o Governo tinha todas as condições para mostrar a real face da sua política salarial — o aumento de vencimentos arrancado pela luta dos trabalhadores da Função Pública se cifrou em 12%. Os trabalhadores

portugueses sabem que não há aumento salarial conquistado — maior ou menor — que tenha caído milagrosamente do regaço pretensamente benevolente do Governo da reacção. Sabem que todos foram arrancados pela unidade, organização, firmeza e capacidade de luta dos trabalhadores e pela luta consequente das suas organizações representativas, em confronto aberto com as posições, os planos e as orientações do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

5. Os trabalhadores e o povo português não se deixarão enganar pelas apressadas tentativas do Governo Sá Carneiro e dos partidos da «AD» de transformarem os recuos, desaires e derrotas que lhe foram impostos pela luta popular em expressões de uma política governativa generosa e popular. Confrontados com a realidade quotidiana do agravamento das suas condições de vida, sofrendo as novas dificuldades e privações que o Governo Sá Carneiro descarregou brutalmente sobre as famílias portuguesas, os trabalhadores e o povo português resistirão às avalanches de

mentiras e de demagogia que a «AD» está lançando e vai continuar a lançar, como o fez Ângelo Correia na RTP/2.

Mas ao mesmo tempo não deixarão, por exemplo, de reter e tirar as devidas conclusões da única afirmação integralmente verdadeira e sincera produzida por aquele dirigente do PSD no citado debate televisivo quando garantiu textualmente que «o que nós queremos é mudar de regime».

Já se sabia. A «AD» não gosta do regime democrático que o povo português conquistou e a Constituição consagra. A «AD» quer pois confiadamente «mudar de regime» para que, entre outras «mudanças», os trabalhadores não possam, como justamente têm feito contra o Governo Sá Carneiro, usar os seus direitos e liberdades democráticas para defender os seus interesses e aspirações a uma vida melhor e fazer recuar e derrotar a política de exploração e miséria do Governo do grande capital.

Lisboa, 1 de Agosto de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

nacionalizada para um «Instituto de recuperação dos devedores em má situação económica...» «uma espécie de hospital para onde esses devedores deverão dar baixa...».

Não sabemos se há qualquer relação entre estas comprometedoras declarações do dr. Borges e a sua saída dos serviços do BESCL. O que sabemos é o jornal «o diário» já divulgou que há poucos dias o cidadão Sá Carneiro, devedor e acusado de burlas no BESCL, serviu-se do cargo de Primeiro-Ministro para nomear um dirigente do PSD, e pessoa da sua confiança, para o cargo de Vice-Presidente do BESCL e sucede até que este novo gestor ficou precisamente encarregado do contencioso.

Se é certo que quem não deve não teme, também é certo que quem não se quer queimar deve afastar-se da «fogueira». Como bem diz o nosso povo, com o fogo não se brinca.

Um Governo contra o povo

Os poucos meses de Governo «AD» são uma páida amostra daquilo que faria este Governo sem escrúpulos se ele continuasse no Poder após as próximas eleições. O banditismo e a violência que alastra nos campos do Alentejo a acompanhar uma acelerada ofensiva que visa destruir a Reforma Agrária, está a provocar a destruição de searas, a provocar a diminuição da pecuária, a lançar no desemprego milhares de trabalhadores e centenas de famílias. Os crimes que se estão a cometer nas terras do Alentejo e da Reforma Agrária são a expressão mais viva e mais real do dolo que o Governo «AD» dedica à democracia e às grandes conquistas de Abril.

A irresponsabilidade e a incompetência deste mesmo Governo pode medir-se pela subordinação vergonhosa aos interesses e desejos do imperialismo, designadamente dos Estados Unidos, como se pode verificar pela hipótese não desmentida do se admitir a instalação em território português de armas atómicas às ordens da NATO.

A incompetência e a irresponsabilidade deste Governo da AD pode também aferir-se pelo desdém com que renega um acordo estabelecido entre um enviado do Governo e os representantes da República Árabe Saaraui Democrática, acordo que permitiu o regresso ao País dos pescadores do «Rio Vouga», quando o delegado português é pessoa de confiança do Governo e afirma que não ultrapassou instruções do Governo.

Sá Carneiro e o seu Governo estão atolados num lamaçal de porcaria. A violação da Constituição e de muitas outras leis, as ilegalidades e violências, a irresponsabilidade e incompetência, a ausência de brio patriótico, tudo isto e muito mais rodeia toda a política e a prática de um Governo que já não devia governar, que já deveria estar demitido e que é apoiado por uma coligação que representa toda a reacção e que é indispensável derrotar nas eleições que se avizinharam.

Hoje e sempre, a luta continua até Sá Carneiro ir mesmo para a rua!

Que faz o PS?

Há dirigentes do PS que afirmam publicamente que Sá Carneiro não tem legitimidade para governar e manifestam o desejo que ele se demita. Mas, como é uso dizer-se, de bons desejos existe o mundo cheio. Mais do que expressar desejos é necessário reunir vontades e traduzir em acções aquilo que se diz desejar.

Foi com este objectivo que há um mês o PCP propôs ao PS a realização de um encontro de delegações das direcções dos dois partidos com vistas a discutir uma acção conjunta ou convergente para reclamar a demissão imediata do Governo.

Uma tal acção teria o apoio e representação a vontade da grande maioria do povo e do eleitorado português. É de crer que uma tal acção poderia conduzir à demissão imediata de Sá Carneiro, não pela vontade deste mas como resultado das acções das massas e da unânime reclamação dos partidos democráticos da oposição junto dos vários órgãos de soberania.

Ao recusar o encontro proposto pelo PCP, o PS recusou igualmente qualquer acção a reclamar a demissão do Governo. Com tais recusas, o PS assumiu a grave responsabilidade de se poder hoje dizer com bastante legitimidade que se o Governo Sá Carneiro ainda existe é porque o PS se recusou a continuar a recusar-se a participar em acções conjuntas ou convergentes a reclamar a demissão de Sá Carneiro.

É com acções concretas contra a «AD» e o seu Governo e não com os salamaleques que alguns dirigentes do PS enviam a dirigentes da «AD» e até do seu candidato fascista à Presidência da República, que se pode derrotar a reacção e salvaguardar os ideais e conquistas de Abril.

O PS e a Frente que criou tentam fazer crer que irão obter a maioria absoluta. Quando tal afirmam sabem que estão a criar ilusões e a lançar palavrões ao vento. O PS e a sua Frente não terão a maioria e, por essa mesma razão, não poderão ser uma alternativa. Mas o PS faz tais afirmações como forma de justificar a sua recusa a acordos e enten-

dimentos com o PCP e a APU, e para deixar portas abertas para possíveis entendimentos com alguns dos partidos da «AD».

A UGT que o PS continua a apoiar é um flagrante exemplo da sua incoerência e dualidade política. A UGT, está sendo dominada pelas forças da reacção e é cada vez mais um instrumento do grande patronato para sabotar a acção unitária dos trabalhadores e promover a divisão do movimento sindical. Alguns dos principais dirigentes da UGT são dirigentes ou candidatos a deputados da «AD». Apesar de tudo isto, há dirigentes do PS que são igualmente dirigentes da UGT. Isto significa que a UGT constitui um elo de convergência ou é já hoje uma forma de enlace entre os partidos da «AD» e os partidos da Frente do PS.

Não é com tais duplicidades políticas, e com a confessada intenção de travar o avanço do PCP/APU, que o PS ou a Frente poderão contribuir para a derrota das forças da reacção.

O reforço da APU

O apoio ao PCP e o reforço eleitoral da APU, aumentando o número dos seus votos e dos seus deputados é a via mais segura para derrotar a «AD» e abrir caminhos seguros que permitam forjar uma efectiva política de alternativa e de Governo à actual coligação e assim salvaguardar as conquistas de Abril e continuar o Portugal de Abril.

(...)

Amanhã, sábado e domingo

Festa da Alegria em Braga a festa do povo do Minho



Arte e cultura numa autêntica festa popular

Pelos dois palcos erguidos nas zonas verdes do Parque Municipal de Exposições de Braga, vão destilar, nos três dias da Festa da Alegria, alguns dos mais populares cantores e artistas portugueses, cuja presença, por si só, contribui, como nos últimos anos, para colocar esta iniciativa acima de qualquer outra do seu género, realizada em todo o norte do País.

Intervirão na Festa da Alegria, artistas como Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho, Zeca Afonso, Ary dos Santos, Carlos Paredes e Fernando Alvim, Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo, Helena Isabel, Júlia Babo, Samuel, Luísa Basto, Manuel Mendonça, Nuno Gomes dos Santos e os conjuntos «Trovanter», «Resistência» e «UHF».

Por outro lado, no domínio cultural, a Festa da Alegria será este ano enriquecida com uma exposição de grande qualidade sobre temática Camoniana, mercê da possibilidade de repetir na cidade de Braga a iniciativa que esteve patente ao público, primeiro, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa e, depois, no Alto da Ajuda, por ocasião da Festa do «Avante!». Camões, no ano do centenário da sua morte, vai ser igualmente tema de coloquios que figuras de elevado prestígio inter-

lectual, como Oscar Lopes e Armando Castro, orientarão.

Se, nas anteriores edições, a organização procurou sempre fazer ligar intimamente a Festa da Alegria à região onde ela decorre, nunca como este ano a tónica local, nos seus aspectos etnográficos e culturais, foi tão valorizada. A atestá-lo, a inclusão no programa de ranchos de diversas localidades minhotas, designadamente de Seixas, Alvarães, Caires, Soutelo, Alife, Parada de Gatim, Taipas, Viadodos e Vila Franca do Lima, bem como da banda de música de Cabreiros, de jogadores do pau de Abadim (Cabecelas de Basto), de zós-perreiras de Azurara e do grupo bracarense «Cela».

Neste impressionante conjunto de participações que transformarão o vasto Parque Municipal em arraial popular, no espírito de fraternidade e são convívio que identifica as festas dos comunistas, não faltarão «stands» com as especialidades culinárias e vinícolas da região.

O artesanato da região minhota ocupará também um lugar de destaque nos «stands» dos numerosos organismos do Partido da área da DORM — bastará, por exemplo, dizer que os organismos do concelho de Braga vão estar pela primeira vez presentes em bloco.

É já amanhã à noite que se inicia na cidade de Braga a Festa da Alegria, importante acontecimento político-cultural que a Direcção da Organização Regional do Minho promove, pelo terceiro ano consecutivo e cada vez com maior êxito, no recinto do Parque Municipal de Exposições de Braga.

Mantendo e ampliando as características adquiridas, nas anteriores edições, de verdadeira e autêntica festa popular, local de confraternização de comunistas e não comunistas minhotas, a Festa da Alegria de 1980 não deixará, de certo modo, de ser influenciada pelo ambiente de campanha pré-eleitoral que atravessa o nosso país e constitui um dos primeiros actos de uma série de momentos realmente decisivos para a manutenção da democracia portuguesa, destacando-se de entre eles o próximo acto eleitoral de 5 de Outubro.

A questão política terá pois o tratamento adequado no comício que, integrado no programa da Festa, decorrerá como habitualmente na tarde do último dia — mais concretamente às 17 horas de domingo — com a participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Decorrendo a menos de dois meses de um acto eleitoral de tão relevante significado para o futuro da democracia, para o futuro do nosso país, esta iniciativa da DORM do PCP não deixará de reflectir essa proximidade e os milhares de participantes que, seguramente, se deslocarão ao Parque Municipal de Exposições de Braga amanhã, sábado e domingo, mesmo

que não sejam militantes do PCP, identificar-se-ão com os comunistas no entendimento da necessidade premente de derrotar as forças reacçãoárias que nos últimos dez meses têm desgovernado o País e afrontado as instituições democráticas.

Tal perspectiva, de resto, esteve bem patente já na fase de montagem da Festa da Alegria, iniciada há menos de uma semana, onde, para além de militantes do PCP, se registou a cooperação de dezenas de pessoas não vinculadas partidariamente. Uns e outros, dando-se as mãos nas múltiplas tarefas entusiasticamente cumpridas, contribuíram para o primeiro grande êxito da ini-

ciativa ao possibilitar a sua instalação e montagem em tão limitado prazo de tempo. Note-se que a utilização do recinto onde decorre a Festa é paga e cada dia a mais na sua preparação aumentaria os encargos da organização.

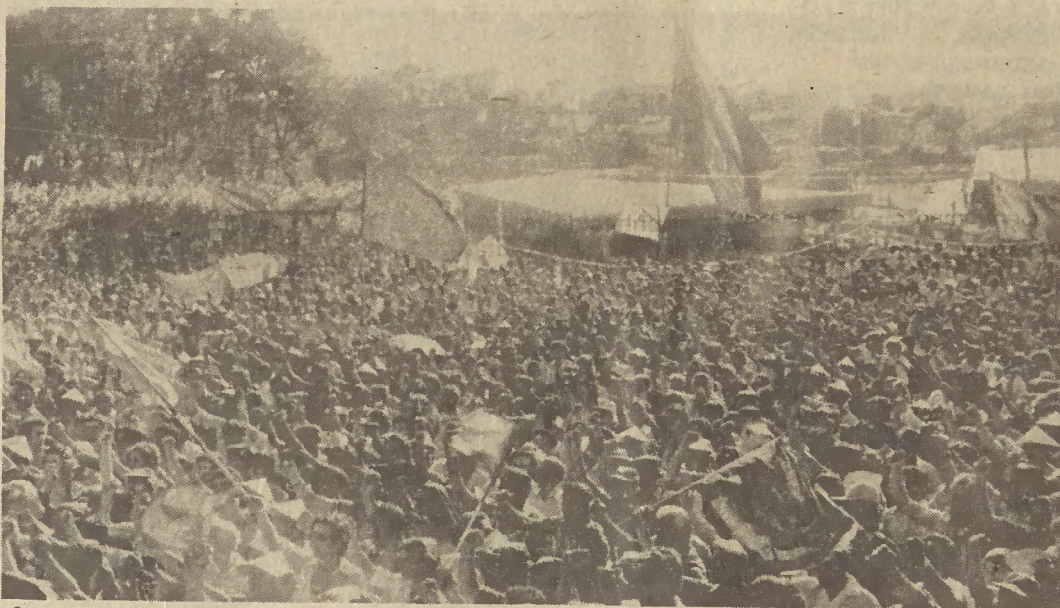
Entretanto, e ainda na parte política, destaca-se a realização de dois coloquios: um, no sábado, sobre o tema eleições, orientado pelo camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP; o outro, na tarde de sábado, dedicado à Reforma Agrária e orientado pelo camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do nosso Partido.

Para as crianças para os jovens a «parte de leão»

Dois grupos etários vão ser particularmente contemplados com o programa deste ano da Festa da Alegria: as crianças e juventude. Para as primeiras, mantêm-se o privilégio da manhã de domingo, altura em que poderão desfrutar de espectáculos apropriados, além de se poderem ocupar com exercícios livres de modelagem. O Circo Minhoto estará para as deslumbrar e divertir, bem como o Rancho infantil de Viadodos.

Quanto à juventude, é para si a «parte de leão» do programa desportivo (estafta de atletismo entre Guimarães e Braga, torneio de futebol de cinco e simultâneas de xadrez). Outra das iniciativas que lhe é particular e totalmente dedicada é o II Festival da Canção Juvenil, organizado pela JCP, subordinado ao lema «A Cantar Também se Luta» e que tem por principal objectivo a divulgação de jovens artistas da região e o desenvolvimento da canção como veículo de cultura e de convívio.

O regulamento deste Festival foi oportunamente divulgado e a ele puderam concorrer todos os autores-compositores e intérpretes que não têm qualquer disco gravado por editoras comerciais. Nestes três dias da Festa da Alegria, os dez melhores trabalhos entregues serão apreciados por um júri de oito membros escolhidos entre figuras conhecidas da vida musical portuguesa, e deles sairá a canção vencedora.



O ano passado, foi assim!



Em Vila Nova de Milfontes 240 pioneiros de Lisboa

Eram 240 rapazes e raparigas, espalhados por 75 tendas de campismo, num pinhal de Vila Nova de Milfontes, a alguns minutos da praia — era o 3.º Acampamento de Lisboa dos Pioneiros de Portugal.

Terminou no sábado passado — para desgosto da maioria — após oito dias de vida ao ar livre, convívio e camaradagem.

Foi agradável? A resposta encontra-se nas opiniões que os jovens formularam, no final, sobre a iniciativa. Em poucas linhas, a crítica:

Escrevia a Ana Cristina: **Acho que o acampamento está muito bom, melhor que o ano passado, pelo menos a divisão dos pioneiros pelas tendas.**

E a Fernanda: **Penso que desde o princípio tudo se passou à mil maravilhas. Fomos bem distribuídos pelas tendas e quando chegámos estava tudo bem organizado.**

A Vanda manifestou assim a sua opinião: **Estou a gostar do acampamento mas acho chato alguns pioneiros não respeitarem as bichas.**

Um outro jovem teve considerações a nível geral da organização escrevendo: **Este terceiro acampamento tem o mérito e os defeitos de um terceiro acampamento. Mesmo assim acho que este é bastante divertido.**

Já o Vítor Manuel pautava a sua opinião por critérios culinários: **Acho que o acampamento é porreiro, só que a comida às vezes tem pouco sal.**

A multiplicação dos pães com manteiga

O ar livre, as provas desportivas e a praia abriram (e de que maneira!) o apetite dos 240 jovens.

No primeiro dia, para o pequeno-almoço, foi distribuída uma carcaça por cada pioneiro. Sobrou pão. No último dia, mais de 550 carcaças, com manteiga, ou marmelada, foram

insuficientes. Para além do leite e do chocolate à descrição.

Mas as restantes refeições eram também prova do apetite cada vez mais voraz dos jovens. E as bichas para repetir sucediam-se, tanto ao almoço, como ao jantar.

No final das refeições, os pioneiros lavavam a sua louça. Grandes alguidares com água e detergente eram utilizados nesse serviço.

Vivência em colectivo

A preocupação com a formação dos jovens, nomeadamente a vivência em colectivo e a responsabilização foi-nos manifestada por um dos monitores.

Pode-se dizer que os pioneiros tomavam conta dos pioneiros. A presença dos monitores servia unicamente para orientar, dar indicações, resolver algum problema que surgisse.

Já dissemos que os jovens lavavam a sua louça após as refeições. Mas não ficava por aqui a sua participação na organização do acampamento.

Assuravam a limpeza eficiente do mesmo, o serviço de recepção, a distribuição de jogos aos que os requisitavam e ainda um serviço de controlo.

Com jovens dos 6 aos 14 anos, sucedia muitas vezes que os mais velhos ajudavam os mais novos, numa camaradagem sempre presente.

A praia e as provas desportivas

O tempo era ocupado durante a manhã na praia. À tarde depois das quatro horas, algumas provas desportivas organizadas numa mini-olimpíada e que constavam de provas de atletismo, mini-futebol, mini-andebol, bola ao capitão e jogo do mata.

À noite, reunidos no fogo de campo, cantar era uma forma de convívio. Mas houve também duas sessões de

cinema e, na última noite, um carnaval infantil.

Mas, grande foi a surpresa dos banhistas de Vila Nova de Milfontes quando na passada sexta-feira de manhã viram chegar à praia um pequeno barco que transportava um pioneiro imitando no vestir Luis Vaz de Camões.

Foi recebido por pioneiros com trajes que simbolizavam os habitantes dos diferentes continentes.

Nem o naufrágio, nem o salvamento de «Os Lusíadas» foram esquecidos. Os jovens distribuíram depois pelas pessoas presentes na praia um soneto de Camões transcrito num papel que procurava assemelhar-se a um pergaminho.

E quando, cerca do meio-dia, regressaram ao acampamento, a praia ficou quase vazia. Como sucedia, aliás, todos os dias.

Quem parte leva saudades

Quando chegaram ao acampamento, muitos jovens tinham saudades dos seus familiares, das suas casas, dos seus amigos. Num e noutro caso havia mesmo uma lágrima que caía.

Foi o caso de um pioneiro que durante um convívio nocturno quando começaram a cantar uma das canções de «Os Operários do Natal» não resistiu e com a voz amarrada pela comção disse:

Essa não, que me lembra a minha mãe — que é costureira. E as lágrimas escorriam pela cara.

Na véspera da partida era visível que os pioneiros gostariam de prolongar a sua estadia. O mesmo sucedia com os pioneiros soviéticos (três raparigas e dois rapazes) convidados para este acampamento.

Mas no dia seguinte a começar o Acampamento do Alentejo dos Pioneiros de Portugal. Os jovens de Lisboa tinham que ceder o lugar aos outros, mas muitos pensavam já, a um ano de distância, no próximo acampamento.

4.º acampamento dos Pioneiros de Setúbal

S. João da Caparica — mar e pinhais ali ao pé de Almada — vai ser «invadido» pela alegria de 500 pioneiros do distrito de Setúbal que, de 18 a 24 deste mês ali vão ter o seu 4.º acampamento distrital. Vão — e têm um lema adequado: «a alegria de crescer no Portugal de Abril».

A alegria das banhos de mar (não esquecer que só com a bandeira verde e depois da digestão feita é que se pode tomar banho!), a alegria das visitas que são estudo (mesmo em férias), a alegria (bom apetite, que o ar do mar aguçá) dos piqueniques, a alegria que nasce das surpresas que estão preparadas, como espectáculos e bailes de máscaras. Enfim, uma intensa alegria para 500 Pioneiros, de 18

a 24 deste mês, onde o desporto também não podia faltar, com torneios de xadrez, atletismo, futebol, berlinde (ou «bilas», ou «guelas», como também é conhecido...)

Um acampamento destes não nasce do chão, embora assente nele. E uma ajudazinha vinha mesmo à calhar, para os nossos amigos Pioneiros de Setúbal. São, por exemplo, precisos, géneros alimentícios para todas aquelas bocas: 50 litros de azeite, 75 litros de óleo, 70 quilos de açúcar, 30 dúzias de ovos, 100 quilos de arroz, 2 mil latas de sumos, 100 quilos de marmelada, 500 litros de leite, e muitos bolos, bolachas, refrescos, pudins, salischas e fruta. Isto é o que é preciso; a alegria de ser criança levam-na eles!



Em 15, 16 e 17 na Covilhã:

Festas serranas as grandes festas da Beira Interior

Em 15, 16 e 17 deste mês realizam-se na Beira Interior as já tradicionais Festas Serranas, iniciativa do PCP dedicada à região, particularmente aos concelhos da Covilhã, Castelo Branco, Fundão, Gouveia, Guarda e Seia.

Mas as iniciativas de promoção das Festas já tiveram início e foi assim que, no passado dia 1, Carlos do Carmo e o conjunto «S's», do Fundão, participaram num espectáculo realizado no salão do "Unidos Futebol Clube" de Tortosendo em que estiveram presentes muitas centenas de pessoas.

E aqui vai um resumo do programa das Festas:

Na sexta-feira, 15 de Agosto, funcionam nada menos de 6 palcos periféricos — em Castelo Branco, Fundão, Belmonte, Guarda e Gouveia/Seia — para além do Palco Principal instalado na Covilhã. Neles participam os seguintes artistas:

Castelo Branco — Helena Isabel, Samuel, Manuel Branco e Nuno Gomes dos Santos, com o espectáculo "Cantigas com Todos". Em fim de festa estará presente Júlia Babo, à qual uma comissão de albicastrenses se propõe prestar homenagem em recordação de um julgamento ocorrido em 8 de Maio de 1959, no Tribunal de Castelo Branco e de que Júlia Babo foi protagonista.

Fundão — Adriano Correia de Oliveira e Júlia Babo.

Belmonte — "Os Galés", de Setúbal, e fadistas regionais.

Guarda — Luís Cília e Carlos Paulo, entre outros.

Gouveia e Seia — Fernando Farinha, Luísa Basto e João Fernando.

Quanto ao Palco Principal, instalado na Covilhã:

Dia 15 — dedicado à Juventude. Canções de intervenção com conjuntos regionais; "UHF", conjunto de rock.

Dia 16 — dedicado à infância. "Cantar Cantigas", com Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos Palhaços Emilianos.

À noite, espectáculo com Luísa Basto e João Fernando, Fernando Farinha, "Trovanter", Manuel Freire e José Barata Moura.

Dia 17 — dedicado à Emigração. Espectáculo com Júlia Babo, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paulo e Luís Cília.

Espera-se ainda poder contar,

nas Festas Serranas, com a participação dos grupos musicais "Jornada", de Tomar, e "Cancioneiro", de Torres Novas, bem como com o Rancho Regional da Beira Interior.

No Domingo, a Juventude organiza um moto-cross próximo do local das festas.

Coloquios, exposições e actividades desportivas completam estes três excelentes dias de Festas Serranas.



Festa no Algarve

Milhares de pessoas participaram na Festa da Amizade, em Faro, no passado fim-de-semana. Dois grandes espectáculos, artesanato de toda a região, especialidades da cozinha algarvia, uma

exposição sobre a realidade política, social, cultural e histórica do Algarve enquadravam o recinto da Festa, proporcionando a quem lá esteve dois dias de convívio, divertimento e, também, de discussão sobre os grandes problemas nacionais.

Durante a Festa decorreu um torneio de Damas, com a participação de algumas dezenas de pessoas. No domingo, à noite, Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, e cabeça de lista por Faro para as próximas

eleições para a Assembleia da República, interveio denunciando a política da "AD", cujos efeitos se fazem sentir negativamente em toda a vida nacional.

Carlos Brito chamou a atenção, também, para o facto de que "o PS e a FRS não constituem, só por si, qualquer alternativa". E sublinhou: "A alternativa existe com a APU."

Seguidamente o dirigente comunista apontou o objectivo central da campanha da APU no Algarve, tal como em todo o país: derrotar a aliança reacçãoária e reforçar a votação na APU, contribuindo para aumentar a representação parlamentar da Aliança Povo Unido na Assembleia da República.

Excursão a Mirandela à Festa Transmontana

Está constituída em Lisboa uma Comissão de Apolo à «Festa Transmontana», que vai organizar excursões a Mirandela onde, nos dias 23 e 24 de Agosto, se realiza aquela iniciativa do Partido Comunista Português.

As excursões partirão no dia 21 de Agosto, às 20 horas e as inscrições podem ser feitas no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. O preço da viagem, por pessoa, é de 740\$00.

em português
CIÊNCIAS SOCIAIS
Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOLOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.
edições Avante!

pequena biografia de
FRIEDRICH ENGELS
por EVGUÊNIA STEPÁNOVA
edições Avante!
Preço 90\$00
a distribuição

«Graves deficiências de natureza técnica» levaram os representantes da CGTP-IN a votar contra as contas apresentadas pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Justificando o seu voto, os representantes da Central única no Conselho Geral do Instituto acrescentam que a CGTP-IN «não poderá dar o seu apoio à aprovação de uma contas como são as da Segurança Social referentes a 1979, apresentadas pelo conselho directivo, que não respeitam os sãos princípios da contabilidade, que não revelam de graves deficiências técnicas, que não revelam de uma forma fiel e correcta a situação da Segurança Social, que não permitem qualquer controlo verdadeiro, inviabilizando, portanto, uma gestão idónea, e que determinam que se tirem conclusões erradas claramente prejudiciais aos interesses dos trabalhadores». As contas da Segurança Social apresentadas pela direcção do Instituto, ao considerarem irrecuperáveis, tecnicamente, débitos do patronato à Previdência, pretendem criar condições reais para que essas dívidas, de montante elevadíssimo como se sabe, acabem definitivamente por não ser cobradas, o que justificaria novos cortes nos benefícios já reduzidos a que os trabalhadores têm direito.

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias. A violência dos senhores ricos. Quem os mete na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o fomento pecuário?

Código n.º 0117 • Preço 30\$00

Semana

30

Quarta-feira

1930 — O regime fascista cria o "partido único" a que chamou "União Nacional".

A Comissão Negociadora Sindical do sector ferroviário e o conselho de gerência da CP chegam a uma plataforma de acordo, tendo os trabalhadores considerado que haviam obtido uma vitória ■ O Sindicato dos Professores de Grande Lisboa, em conferência de imprensa, classifica o 12.º ano de escolaridade como uma fraude, considerando que o Ministério da Educação não tem competência legal para criar o 12.º ano, dado tratar-se de uma mudança estrutural do ensino, da competência exclusiva da Assembleia da República ■ Os representantes de 14 municípios do distrito do Porto decidem baixar as tarifas da electricidade para 2\$20 o quilovatio e não pagar à EDP o fornecimento de energia enquanto os serviços municipalizados do concelho do Porto (cidade) continuarem a recusar, por intermédio da Câmara, a igualização das taxas em todo o território ■ O Conselho da Revolução decide recordar em documento público que "incumbe a todos os militares no activo, qualquer que seja a sua graduação ou função, abster-se de condicionar qualquer opção eleitoral".

31

Quinta-feira

1978 — A vereação da Câmara Municipal de Lisboa, com os votos majoritários da APU e do PS, decide a construção de um monumento, no centro da cidade, de Homenagem à Resistência Antifascista.



Para derrotar a "AD"

Em conferência de imprensa a Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN divulga um manifesto sobre as eleições para a Assembleia da República, anunciando que membros do Secretariado da CGTP-IN integrarão listas da FRS, APU e UDP ■ As representantes dos países de língua portuguesa pedem, na Conferência das Nações Unidas para a Década da Mulher, a decorrer em Copenhaga, a adopção do português como língua oficial da ONU ■ O MAP inviabiliza a Cooperativa "Margem do Sado", em Alcácer do Sal, onde marcou duas reservas, num total de 344 ha, a favor de dois absenteístas; no distrito de Évora são atribuídas seis reservas a outros tantos agrários, alguns dos quais nunca trabalharam à terra ■ O "Diário da República" publica a lei que autoriza o Governo a emitir um empréstimo interno denominado "Obrigações do Tesouro 1980, FIDES e FIA", destinado exclusivamente ao pagamento de "indenizações" aos ex-titulares daquelas duas instituições.

1

Sexta-feira

1979 — O Presidente da República, general Ramalho Eanes, confere posse ao V Governo Constitucional, chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo.



Querem ser ouvidos

Começa em Lagos, no Cine-Teatro Império, a II Festa da Paz e da Cultura, uma iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação que conta com o patrocínio do município de Lagos, dezenas de Câmaras municipais de todo o país e uma comissão de honra algarvia ■ A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) reclama, em carta enviada ao Primeiro-Ministro, a participação nos estudos e nas negociações com vista à eventual integração de Portugal na CEE, sublinhando que qualquer opção quanto à adesão à CEE no respeitante ao sector agrícola deve ser tomada tendo em conta a opinião da lavoura, de modo a que não sejam tomadas decisões irreflexivas que prejudiquem os interesses sociais, económicos e profissionais dos agricultores portugueses ■ Em conferência de imprensa o sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora informa que no início de Agosto há 4000 trabalhadores agrícolas desempregados no distrito, número que poderá subir para seis ou sete mil no final do mês, atingindo-se deste modo índices de desemprego superiores aos verificados antes do 25 de Abril; a situação é atribuída pelos dirigentes sindicais à política dos últimos governos, em particular o de Cameiro/Amaral, com a sua ofensiva brutal e ilegal contra a Reforma Agrária.

2

Sábado

1658 — Morre em Lisboa Frei João Fogaga, músico português autor de inspiradas composições sacras e que foi discípulo do mestre João Duarte Lobo.

Dois armazéns do Instituto de Oncologia de Coimbra são completamente destruídos por um incêndio que deflagrou de madrugada, ao que se supõe provocado por um curto-circuito; os prejuízos ascendem a 40 000 contos ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desloca-se ao Fundão para presidir ao II Festival Internacional de Folclore da Beira Baixa ■ Por iniciativa da Comissão Conciliadora de Faro do PCP, inicia-se nesta cidade a Festa da Amizade ■ Um bando de agrários, protegido por uma força da GNR autotransportada em 13 jipes, rouba da Herdade da Insua 140 cabeças de gado vacum, de raça charoleza, pertencentes aos trabalhadores da UCP "Esquerda Vencedora", de Pias ■ Os sindicatos agrícolas dos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Santarém divulgam um comunicado no qual acusam o Governo de legislar com total desrespeito da Constituição, dando como exemplo o Decreto-Lei 98/80 de 5 de Maio último, mais conhecido por "lei roubo da cortiça".

3

Domingo

1884 — O cientista e escritor Ricardo Jorge realiza no Porto uma conferência subordinada ao tema "A Higiene em Portugal" que teve, na época, um grande impacto.

Falando na "Festa da Unidade", organizada pelo PCP em Santa Iria da Azóia, Octávio Pato afirma que o caso "Watergate/Sá Cameiro" envolve todo o grupo dirigente da AD e todo o Governo, acrescentando que um Governo que tem como Primeiro-Ministro um cidadão sobre o qual pesam tão graves acusações de burla é um governo sem dignidade nem escrúpulos, é um governo sem autoridade moral e política para governar e representar o País ■ Numa reunião geral de quadros do PCP promovida pela DOR do Porto e realizada nesta cidade e onde participaram 300 quadros de todas as organizações locais e profissionais do distrito do Porto, é reafirmada a determinação de derrotar a Aliança reacçãoária, alcançar uma grande vitória democrática e reforçar a representação do PCP e da APU na Assembleia da República.

4

Segunda-feira

1896 — Sai o primeiro número de "A Marselhesa", diário dirigido por João Chagas; neste jornal colaborava o grande caricaturista Leal da Câmara.



Megafones à mão

Em comunicado, 23 sindicatos representativos dos trabalhadores da TAP-Air Portugal consideram que o Governo deverá garantir todos os postos de trabalho do pessoal daquela empresa, tendo em conta o objectivo de encontrar formas construtivas de resolução dos problemas ■ Falando no acto da sua posse como novo presidente da Comissão Administrativa da RTP, Froença de Carvalho considera como "tarefa da administração" da empresa "decidir" sobre o conteúdo dos programas ■ Em Serpa, funcionários do MAP a coberto de uma força da GNR impõem uma reserva para um agrário falecido, outra para um falso rendeiro e uma entrega ilegal de 152 cabeças de gado.

5

Terça-feira

1855 — Nasce no Funchal o compositor João de Freitas Branco (pai).

Guardas da GNR, comandados pelo capitão Sousa Gonçalves, insultam a população de Balaizão, agredem um homem de cerca de 60 anos e ameaçam várias mulheres, obrigam as pessoas a deslocar-se para dentro das suas habitações e forçam o encerramento momentâneo de portas e janelas do CT do PCP ■ Os trabalhadores da Equimetal consideram um crime condenável em termos nacionais a actual situação em que se encontra esta empresa, pela qual responsabilizou o governo "AD" ■ O PCP e o MDP/CDE entregam na Comissão Nacional de Eleições a certidão de registo da APU, a fim de concorrerem coligados às próximas eleições regionais da Madeira e Açores.

Maioria absoluta — objectivo dos comunistas de Évora

Mais de 440 quadros de organizações do Partido do distrito de Évora debateram, no passado domingo, ao longo de um plenário que teve a duração de mais de seis horas, as principais tarefas que se colocam aos comunistas do distrito no período eleitoral que se avizinha, tendo traçado como objectivo central do trabalho a desenvolver a conquista da maioria absoluta no círculo eleitoral respectivo, contribuindo assim para a vitória democrática e a derrota da "AD" a nível nacional. Foi ainda dada a conhecer, discutida e aprovada a lista dos candidatos do PCP integrados na lista que a APU apresenta no círculo de Évora.

Os trabalhos do plenário, convocado pela Comissão Distrital de Évora do PCP, iniciaram-se cerca das 10 horas da manhã nas instalações do Teatro Garcia Resende, naquela cidade, tendo tomado lugar na mesa que presidiu aos trabalhos representantes de várias organizações do Partido no distrito. Ali, tomaram igualmente lugar os camaradas António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, Luís Sá, da Comissão de Eleições junto do CC do PCP, e Diamantino Dias, membro suplente do CC e da Direcção da Organização Regional do Alentejo do nosso Partido, que presidiu à primeira sessão dos trabalhos.

Depois de Diamantino Dias ter referido que o plenário se realizava tendo como ponto único da ordem de trabalhos "as eleições para a Assembleia da República", usou da palavra o camarada António Gervásio.

Na sua intervenção, aquele dirigente do PCP analisou a importância do próximo acto eleitoral e destacou-se sobre vários temas com ele relacionados, nomeadamente a questão do voto útil e a falsa alternativa da FRS, desmontando a este respeito

o triunfalismo de certos dirigentes do PS, quando apontam a conquista da maioria absoluta.

O camarada António Gervásio traçou ainda um quadro das condições no distrito, constatando as constantes subidas do PCP e da APU nas diversas eleições para a AR já realizadas (47.236 em 1975, 52.378 em 1976 e 61.433 em 1979, com percentagens respectivamente de 37,7 43,04 e 48,8) para concluir da possibilidade de alcançar a maioria absoluta no distrito.

Um trabalho para a vitória

No final da sua intervenção — que serviu de introdução ao generalizado debate que se seguiu e no decorrer do qual se produziram mais de meia centena de intervenções — o camarada António Gervásio apontou algumas das tarefas que se colocam aos comunistas do distrito para alcançar esse objectivo, o de conquistar a maioria absoluta. Assim, o dirigente do PCP salientou a importância fundamental da pré-campanha a desenvolver-se no corrente mês, bem como da constituição e funcionamento do



Ao que chegámos!

Destacamentos da Polícia de Intervenção estão estacionados no distrito de Évora. Carrinhas repletas de polícias estacionam provocatoriamente frente à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo ou movimentam-se constantemente nas ruas de Évora, exigindo constantemente aos transeuntes não só a identificação como também o motivo por que circulam nas ruas. É como se tivesse sido decretado o estado de sítio — ouve-se dizer nas ruas, nos comentários da população que considera esta presença da polícia de intervenção em Évora um acto intimidatório.

Os participantes no plenário das organizações distritais de Évora do PCP aprovaram uma moção em que se protesta contra essa presença, se exige a sua imediata retirada e se responsabiliza o Governo Cameiro/Amaral e a governadora civil do distrito por esta provocação à população da região.

No distrito do Porto trabalha-se para ganhar votos no eleitoralado que votou «AD»

Ganhar votos no eleitoralado que, nas anteriores eleições, votou na "AD" foi a grande tarefa que cerca de 300 quadros de todas as organizações do Partido do distrito do Porto colocaram como objectivo a atingir nas próximas eleições de 5 de Outubro.

Este objectivo foi traçado no decorrer do Plenário das Organizações do PCP do distrito do Porto realizado no passado domingo naquela cidade, por iniciativa da Direcção da Organização Regional do Porto do nosso Partido e que contou com a presença de vários dirigentes

do PCP, nomeadamente do camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do nosso Partido.

A reunião dos quadros comunistas do distrito do Porto teve por objectivo preparar o trabalho distrital para o importante período que se

avizinha, tendo igualmente procedido à análise da actual situação política. O plenário registou o já bom andamento do trabalho de constituição de comissões eleitorais da APU, que considerou uma das expressões unitárias da receptividade e do apoio recolhido no distrito pela candidatura da Aliança Povo Unido. Os participantes na reunião sublinharam, no entanto, a necessidade de se avançar na constituição de mais comissões eleitorais, lá onde

maior número, possível de comissões eleitorais APU em todo o distrito. A propósito da pré-campanha e da campanha eleitoral, o camarada António Gervásio apontou para a realização de uma grande campanha em que a imaginação e o poder de criatividade dos comunistas sejam constantemente estimulados.

No debate que se seguiu, quadros de praticamente todas as Comissões Conciliadoras do nosso Partido no distrito de Évora, bem como militantes destacados das UCPs/Cooperativas, do sector sindical, das empresas, e das frentes das mulheres e da juventude, intervieram no sentido de dar conta ao plenário do andamento dos trabalhos nos respectivos sectores (nomeadamente no que se refere à constituição de comissões eleitorais).

Foi um debate em que, à luz das experiências das anteriores campanhas, os numerosos camaradas que intervieram acentuaram a necessidade de desenvolver neste ano as acções que, em Dezembro, se revelaram mais positivas — particularmente as porta-a-porta —, ao mesmo tempo que lançavam ideias de novas formas de intervenção.

Dominou as intervenções a ideia de que as eleições de Outubro podem ser ganhas em Agosto, conforme o "Avante!" titulava na edição da passada semana. E, face a esta ideia, iam-se mesmo corrigindo alguns aspectos do trabalho já desenvolvido.

A lista de candidatos e a campanha de fundos

Dois dos momentos mais importantes do plenário distrital de Évora foram os da apresentação, discussão e aprovação dos nomes dos deputados que o PCP apresenta nas listas da APU neste círculo eleitoral, e o da aprovação de uma campanha de fundos destinada a suportar os encargos financeiros da campanha.

O camarada Diamantino Dias, em nome da Comissão Distrital de Évora, apresentou ao plenário os nomes dos dez candidatos — cinco efectivos e cinco suplentes — que integram a lista da APU. São eles: António Gervásio, operário agrícola, membro da Comissão Política do CC do PCP; José Ernesto Oliveira, médico do Hospital Distrital de Évora, deputado da AR em 1979; Custódio Gíngão, operário agrícola, membro da Comissão Conciliadora do PCP de Montemor-o-Novo e dirigente da UCP "Cravo Vermelho", deputado à AR em 1976 e 1979; Josefina Andrade, operária agrícola, da Comissão de Freguesia do PCP de Pavia, deputada à AR em 1979; Acácio Alferes, engenheiro electrotécnico, do MDP/CDE; Virgílio Morgado, operário das pedreiras, membro da Comissão Conciliadora do PCP de Estremoz; Mário Bico, chefe de estação da Rodoviária Nacional, membro da Comissão Conciliadora do PCP de Reguengos; José Lima Martins, professor primário, independente proposto pelo PCP; Mário Barradas, funcionário público e director do Centro Cultural de Évora; António Vidigal, médico, da Comissão Conciliadora de Portel do PCP.

Na apresentação que fez dos candidatos, Diamantino Dias esclareceu tratar-se de democratas altamente

prestigiados tanto nos respectivos concelhos como em todo o distrito. Na discussão que se seguiu, vários intervenientes, depois de terem manifestado o seu acordo com a lista apresentada, referiram-se à vantagem de se encarem outras possibilidades alternativas, tendo-se nomeadamente colocado a hipótese da apresentação como candidatos de pessoas altamente prestigiadas nos concelhos como são os membros dos executivos camarários eleitos pela APU.

A este respeito, e em nome da Comissão Distrital de Évora do PCP, Diamantino Dias justificou a não inclusão como candidatos dos membros dos executivos camarários como uma forma de evitar que esses elementos tivessem que pedir a suspensão das suas funções durante o período da campanha eleitoral, podendo desse modo prejudicar o trabalho que, nas respectivas autarquias, têm vindo a desenvolver. Esta posição da Comissão Distrital de Évora do nosso Partido mereceu o pronto apoio da totalidade dos participantes no plenário.

Entretanto, e quanto aos fundos, foi aprovada a realização de uma campanha destinada a angariar 1.200 contos no distrito de Évora. Esta verba foi dividida pelos diversos concelhos do distrito, à média de vinte escudos por cada voto obtido nas eleições de Dezembro, o que deu origem às seguintes metas por concelho: Alandroal — 68 contos; Arraiolos — 75; Borba — 59; Estremoz — 99; Évora — 322; Montemor — 178; Mora — 53; Mourão — 16; Portel — 67; Redondo — 93; Reguengos — 61; Vendas Novas — 73; Viana — 49; Vila Viçosa — 53.

Objectivo — tirar votos à direita

Encerrado o debate, usaram ainda da palavra os camaradas Luís Sá e António Gervásio. O primeiro, centrou a sua intervenção sobretudo na questão do voto útil e na necessidade de ganhar votos à direita no distrito de Évora. Utilizando abundantemente os números das últimas eleições, Luís Sá demonstrou que, por um lado, tais números mostram claramente que, em Évora, o voto útil contra a direita é o voto na APU. A este respeito, Luís Sá referiu que o PS, para ganhar um deputado à direita, precisaria de alcançar mais 46 mil votos, o que se torna completamente impossível se se tiver em conta que nas últimas eleições teve apenas 21 mil. Assim, a linguagem dos números comprova a dos objectivos políticos.

Na sua intervenção, Luís Sá falou ainda da importância dos delegados e membros das mesas de voto, como forma de evitar que se repitam as fraudes eleitorais cometidas pela "AD" nas últimas eleições.

O camarada António Gervásio encerrou, seguidamente, o plenário das organizações distritais de Évora do PCP, exortando todos os presentes a lançarem-se ao trabalho.

Era bom que, a partir de agora, ninguém pensasse em férias; ter férias agora e não fazermos o trabalho que nos espera, pode significar nunca mais termos férias, se a "AD" ganhar — foi, aliás, uma das frases com que, simbolicamente, um dos participantes no plenário exortou todos os camaradas de Évora ao trabalho.

Os candidatos da APU

Começam a ser conhecidas as listas de candidatos da Aliança Povo Unido para as eleições de 5 de Outubro. No próximo número, o «Avante!» publicará a sua relação completa.

É contudo possível desde já retirar algumas conclusões do trabalho efectuado e dos seus frutos.

As listas de candidatos da APU reflectem intensamente as posições de defesa de unidade dos democratas que o PCP persistente e consequentemente tem defendido. A própria constituição da APU é disso um reflexo evidente. Mas o esforço unitário não se exauriu aí, tal como não estacou perante a recusa de outras forças políticas às propostas avançadas pelo PCP.

A unidade das forças e agrupamentos políticos não é, na verdade, a única expressão da unidade: pelo contrário, ela deve mesmo corresponder a uma realidade profunda, cimentada social e economicamente e numa prática quotidiana de entendimento e trabalho conjunto. Sem tal base é frágil o esforço unitário: com tal base porém pode, para além das vicissitudes dos acordos e plataformas, forjar-se a realidade viva e poderosa de um esforço conjunto em defesa da democracia e da liberdade.

Este esforço está patente na própria composição das listas da Aliança Povo Unido. A sua ampla representatividade social abrange praticamente todos as classes, estratos e camadas do Povo português efectivamente interessados na consolidação do Portugal de Abril. Política e ideologicamente, os candidatos da APU abrangem um vastíssimo leque que em muito ultrapassa o quadro das duas formações políticas que a constituem: numerosos independentes das mais variadas tendências asseguram a presença de orientações diversas, embora identificadas por um mesmo desejo de em Outubro erguer um dique definitivo às ambições subversivas e reacçãoárias da "AD".

Por outro lado, ao analisar a vida e a actividade que dezenas e dezenas de homens, mulheres e jovens integrados nas listas APU desenvolvem para além dos seus afazeres profissionais tem-se um exaltante quadro de dedicação à prática democrática quotidiana, à ligação efectiva e activa aos interesses e anseios das massas. São dirigentes sindicais, de organizações de agricultores, de reformados e pensionistas, de intelectuais, de cooperativas, de associações de estudantes, de colectividades culturais e desportivas. São homens activamente empenhados nos mais diversos sectores da actividade social do país, conhecedores de um conjunto de problemas, de necessidades, de projectos que abarcam a complexa realidade de um país onde a democracia se constrói.

Os nomes e curtas biografias que na próxima semana publicaremos falam por si.

Mas desde já, uma certeza: a constituição das listas APU será também uma arma importante não apenas para a vitória eleitoral, como também para que na futura Assembleia da República seja verdade que **Abril vencerá!**

A APU na Volta a Portugal

Começou a Volta a Portugal em Bicicleta, acontecimento desportivo que, ano após ano, constitui motivo de interesse para grande parte da população portuguesa.

Este ano, pela primeira vez, acompanhando o acontecimento desportivo, a Aliança Povo Unido (APU) promove uma vasta iniciativa de esclarecimento político, contacto com as populações e diversas realizações desportivas, recreativas e de convívio popular, nas regiões e zonas percorridas pelos ciclistas.

Assim, uma viatura apropriadamente decorada com o símbolo da APU (não integrada na caravana oficial da Volta) apoiará a distribuição de materiais de esclarecimento político e de divulgação das propostas da APU para as próximas eleições legislativas.

Por outro lado, em certas localidades de passagem da Volta realizar-se-ão breves encontros de esclarecimento com a participação de candidatos da APU dos respectivos distritos.

Por último, nas localidades que constituem fins de etapa realizar-se-ão provas desportivas (designadamente corridas de bicicletas), iniciativas para crianças

e espectáculos. Nestes, para além de numerosos artistas locais, participarão Fernando Farinha, Samuel, Luísa Basto, José Manuel Osório, José Brás, Travante, José Viana, Dora Leal, Conjunto Jorge Nascimento, Brigada Vitor Jara, Carlos Paredes e João Fernando.

Já anteontem, antes da prova contra-relógio que, em Espinho, deu início à Volta-80, decorreu um espectáculo com Fernando Farinha e no qual participaram candidatos da APU pelo distrito de Aveiro. O mesmo se verificou ontem à noite em Águeda.

Entretanto, hoje, em Guimarães, terá lugar uma corrida de bicicletas e às 19 horas um espectáculo no Jardim Público com Fernando Farinha e Samuel. Participam os candidatos da APU por Braga.

Programa previsto até quarta-feira: dia 8 — Mondim de Basto; dia 9, às 21 horas — Lamego, com Fernando Farinha e José Brás; dia 10, às 21 horas — Castelo Branco, com Luísa Basto, João Fernando e José Manuel Osório; dia 11, às 21 horas — Évora, espectáculo promovido pela respectiva Câmara Municipal; dia 12, às 21 horas — Serpa, com Luísa

Basto e João Fernando; dia 13, às 21 horas — Santiago do Cacém, com Luísa Basto e João Fernando.

Todas estas iniciativas contarão com a presença de candidatos da APU pelos respectivos distritos.

A APU está na Volta para

lembrar que as próximas eleições legislativas são de grande importância para todos nós, porque delas podem depender a liberdade e a democracia. Enesta corrida (diríamos mesmo, prova contra-relógio) quem participa é todo o Povo português.



«AD» a governar agricultura a piorar

Os rendeiros, pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do País têm razões para afirmar que "com a AD a governar a agricultura a piorar".

Na realidade, a campanha eleitoral da "AD" foi fértil em promessas dirigidas aos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro, tomando assim mais fácil o trabalho dos caciques em arrebanhar votos, votos esses que tornaram possível a vitória eleitoral de Sá Carneiro-Freitas do Amaral. Mas a promessa eleitoral ficou por aí. Chegada que foi ao poder, a "AD" esqueceu rapidamente os interesses e os problemas dos rendeiros e dos pequenos e médios agricultores. E orientou a sua actividade para satisfazer a ganância desmedida dos grandes latifundiários e capitalistas, ao mesmo tempo que procurava abrir as portas à actividade toda-poderosa das multinacionais.

Que interessa pois à "AD" os graves problemas com que se debate um agricultor em Montalegre ou em Montemor-o-Velho? Nas vésperas das próximas eleições novas promessas ainda mais mirabolantes que as anteriores serão feitas. Para ajudar a conseguir os votos lá está o cacique, ameaçando cortar o crédito na mercadoria se não votarem na "AD" ou utilizando processos de intimidação semelhantes. Contados os votos a Aliança da Direita não deixa depois de referir "a base de apoio" que conta naquelas regiões do país.

Quem ganha sempre é o intermediário

O que se passa presentemente com a batata é o exemplo mais acabado de que quem ganha sempre (hája fartura ou seja fraca a produção) é o intermediário.

Sem preço de garantia, está já a ser comprada ao produtor a 4500 o quilo ou ainda menos, o que se traduz num manifesto prejuízo para o agricultor que na maior parte dos casos não ganha sequer para pagar as despesas.

Mas esse é o problema do agricultor, que o intermediário estabelece a sua margem de lucro e não deixa nunca de ganhar. Poderá ter lucros menos elevados numa época de grande colheita, mas que se tornam chorudos quando o produto escasseia e vende o, que entretanto armazenou.

Só o agricultor não pode armazenar. Entalado pelos juros, os aumentos do custo dos adubos, do gasóleo e outros, vê-se obrigado a vender rapidamente para satisfazer as suas dívidas.

A "AD" prefere nem pensar nestas coisas.

O que ia safando era o gado

Muitos rendeiros e pequenos e médios agricultores estariam hoje na mais completa miséria se não fosse o gado. Como muitos diziam ainda há não muito tempo: **O que vai safando é o gado.**

Também aqui a inércia do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral provocou estragos e diziam ainda mais a vida desta gente.



O contrabando de gado de e para Espanha desenvolveu-se com este Governo. De tal modo se desenvolveu que parecia, até contar com apoio oficial. Algumas reses doentes foram detectadas, vindas de Espanha. Mas quantas, em semelhantes condições, não foram espalhadas por esse país?

Resultado, a febre aftosa grassa de norte a sul do país. E da parte do MAP — mais interessado em devolver as terras da Reforma Agrária aos grandes latifundiários — não tem havido o apoio necessário para o combate à epidemia.

Só agora a Direcção Regional de Entre Douro e Minho do MAP divulgou algumas recomendações aos agricultores possuidores de gado.

Entretanto, grande parte das feiras de gado estão suspensas, precisamente na época do ano em que os agricultores mais necessitam de vender os animais, já que o preço das rações cada vez encarece mais e alimentar o gado por mais algum tempo significa transformar em prejuízo o lucro com que se contava.

Por outro lado, o seguro agrícola não cobre o gado.

Mas não é só a febre aftosa. No concelho de Tábua, há meses, os agricultores foram surpreendidos com uma pesquisa de febre brucélica, mais conhecida por febre de Malta, levada a cabo pela Direcção Regional da Beira Litoral do MAP.

Aqueles serviços não esclareceram na altura os produtores sobre os efeitos da febre e os cuidados a ter. Limitaram-se a comunicar aos agricultores que os seus gados lhes seriam retirados sem que, entretanto, pudessem assistir à pesagem das carcaças. Os serviços do MAP não informaram também qual o destino a ser dado ao gado caprino e ovino cujas análises deram positivas e ainda quando e como receberão as indemnizações prometidas.

Apesar destes meses todos de espera os animais continuam na posse dos seus proprietários,

proibidos no entanto de os venderem quando é precisamente nesta época que mais necessário se torna.

Para ainda continuarmos a falar do gado e do interesse que o governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral demonstra pela vida de trabalho dos agricultores, passemos a um derivado, o leite.

O preço ao produtor mantém-se há quase dois anos apesar de ter aumentado para o consumidor. E, contudo, as rações alimentares aumentam volta e meia.

Uma forma de a "AD" apolar a agricultura...

Muita uva pouca pipa

Mudam-se os tempos, mudam-se os ditados. Em vez do tradicional "muita parra, pouca uva", hoje, o mais correcto, é dizer que para muita uva há poucas pipas.

E o Instituto Nacional de estatística prevê que, para este ano, a produção de uva poderá ser superior à do ano passado — ano de grande produção — excedendo em 26 por cento a produção média da última década.

E se o ano passado, face à grande produção e à política da Junta Nacional do Vinho, acarretou prejuízo para muitos vinicultores, este ano em que a produção se prevê maior constituirá mais uma preocupação para os produtores.

Pois não é só a falta de vasilhame, ocupado em grande parte com a colheita anterior, mas também a falta de uma intervenção governamental eficiente que garanta os interesses dos vinicultores, isto a par da ausência de um apoio à exportação que permita escoar os excedentes e angariar divisas para o país.

Paralelamente a esta situação, o secretário de Estado do Fomento Agrário, Carvalho Cardoso, em deslocação recente a Coimbra, declarou em reunião com dirigentes de 35 cooperativas da Beira Litoral e da Beira Alta que

a legalização da vinha americana é incompatível com a entrada de Portugal na CEE.

Estas palavras são claras quanto ao futuro da vinha americana no nosso país perante a adesão ao Mercado Comum.

Alavoura e a adesão à CEE

Por considerar que o processo relativo à eventual adesão de Portugal à CEE, bem como quaisquer negociações sobre a matéria naquilo que ao sector agrícola diz respeito, tem que contar com a participação efectiva da lavoura, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) requereu em carta dirigida ao primeiro-ministro a sua participação nos trabalhos que decorrem.

Propõe-se a CNA participar nos trabalhos das comissões encarregues de estudar a eventual adesão do nosso país à CEE e ainda em todas as negociações que ponham em causa os interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa, bem como exige o conhecimento de todos os "dossiers" relativos ao sector agrícola.

Salienta ainda a CNA que qualquer opção neste campo deve ser tomada tendo em conta a opinião da lavoura, para que não sejam tomadas decisões irrefletidas, as quais poderão não proteger devidamente as perspectivas do seu desenvolvimento e os interesses sociais, económicos e profissionais dos agricultores portugueses.

Dentro deste ponto de vista, defende a CNA que o Governo tem por obrigação prestar uma ampla informação e um esclarecimento objectivo, concreto, sério e claro de todas as consequências previsíveis da integração, pelo que as negociações não podem continuar a decorrer no segredo dos gabinetes.

A «AD» e os preços

A política económica e financeira prosseguida pelo Governo «AD», ainda que em alguns casos revestida de aspectos demagógicos, teve sempre em vista o reforço da dinâmica de aceleração e concentração capitalista, o benefício do grande capital.

São exemplos flagrantes dessa política as seguintes medidas e factos:

1. Em Fevereiro, o Governo «AD» procedeu a uma revalorização do escudo. Teoricamente, e conforme o Governo insistentemente apregoou, aquela revalorização iria implicar que os produtos importados baixassem de preço. A verdade é que nem um só produto importado viu o seu preço de venda ao público baixar. Isto é, a revalorização do escudo, que em si mesma poderia ser uma medida positiva, serviu apenas para aumentar os lucros dos grandes importadores, pois estes passaram a pagar menos pelos produtos que importam mas não baixaram os preços de venda desses mesmos produtos.
2. Ainda em Fevereiro, quando o Governo aumentou os preços dos produtos do «cabaz de compras», foi anunciado que era atribuído um subsídio de cerca de 8 milhões de contos aos produtos das rações, para que os preços destas não fossem aumentados e, consequentemente, não aumentasse o preço das carnes. Ora a verdade é que o ministro Basílio Horta afirmou em 5 de Março, na Assembleia da República, que «se a fórmula fosse rigorosamente cumprida era impossível manter o preço das rações». Ou seja, o preço das rações não foi aumentado mas diminuiu a qualidade das rações. Isto é, afinal o subsídio dos 8 milhões de contos só serviu para aumentar os lucros dos produtos das rações, já que os utilizadores em nada beneficiaram.

Nos quadros que publicamos podem ver-se mais exemplos concretos da política da «AD».

● Preços no continente

Variação — sempre para mais —, de alguns preços de bens alimentares no continente:

	Maio/1979	Janeiro/1980	Maio/1980
Feijão manteiga	55\$70	65\$80	79\$10
Grão-de-bico	59\$90	61\$60	63\$00
Carne de vaca de 1.ª s/osso	285\$40	360\$50	368\$60
Carne de vaca de 2.ª s/osso	211\$00	276\$10	282\$50
Coelho morto limpo	187\$60	213\$20	213\$80
Frango morto limpo	80\$60	72\$30	75\$30
Pescada congelada (tipos 2, 3, 4)	84\$40	90\$70	96\$40
Atum em conserva (em azeite ou óleo)	248\$80	308\$10	343\$80
Azeite fino embalado	103\$40	110\$80	119\$00
Óleos alimentares	52\$10	53\$50	65\$00
Café moído avulso	446\$00	578\$30	581\$20

● Os medicamentos

O nível de vida da maioria dos portugueses desce dia a dia. Esta a real consequência da política da «AD».

Só no segundo trimestre de 1980 cerca de 150 medicamentos sofreram aumentos, atingindo alguns os 100 por cento!

Dos 150 referidos, 101 tiveram aumentos superiores a 20 por cento!

Alguns exemplos:

«Benyline»	passou de	75\$00 para 110\$00
«Codelcortone»	passou de	156\$00 para 229\$00
«Aramina»	passou de	119\$50 para 300\$00
«Campolon Forte»	passou de	136\$00 para 169\$00
«Insulina»	passou de	307\$00 para 365\$00
«Beniderma»	passou de	174\$50 para 232\$00
«VickVaporub»	passou de	46\$00 para 59\$00

● O «cabaz» da «AD»

Vejam também como evoluiu o «cabaz de compras» com o Governo «AD»:

	1979	1980 (Julho)
Pão de 1.ª (carcaça)	22\$00	26\$00
Pão de 1.ª (grande)	20\$40	24\$40
Pão de 2.ª	16\$20	19\$40
Massas (consumo corrente)	13\$60	16\$00
Massas (qualidade superior)	19\$20/20\$00	23\$20/24\$00
Farinhas simples	16\$40	18\$60
Farinhas compostas	16\$80	19\$00
Bolacha torrada, a granel	47\$00	58\$00
Bolacha torrada, em pacote	52\$00	54\$00
Bolacha Maria, a granel	52\$00	64\$00
Bolacha Maria, em pacote	56\$00	68\$00
Bolacha água e sal, a granel	53\$00	66\$00
Bolacha água e sal, em pacote	58\$00	72\$00
Aroz carolino	30\$00	36\$00
Aroz gigante de 1.ª	20\$50	25\$00
Aroz gigante de 2.ª	19\$00	23\$00
Aroz mercantil embalado	15\$50	18\$50
Aroz mercantil a granel	14\$50	17\$00
Aroz corrente	10\$20	12\$00
Óleo alimentar	53\$50	65\$00
Óleo soja	53\$50	62\$00
Óleo cártamo	53\$50	65\$00
Óleo girassol	53\$50	65\$00
Margarinas	60\$70	71\$00
Queijo flamengo	195\$00	230\$00
Açúcar granulado	24\$00	30\$00
Leite pasteurizado	10\$00	11\$00
Leite UHT gordo	17\$00	19\$00
Leite esterilizado 1/2 gordo	17\$00	19\$00
Leite especial	17\$00	19\$00
Leite comum	9\$00	10\$00
Leite em pó instant. 1/2 gordo	127\$00	152\$00

Nem agarrada à cortiça a «AD» evita o naufrágio

A greve dos trabalhadores que extraem a cortiça, exigindo a revogação do Decreto-Lei 98/80 — diploma que «legaliza» o roubo da cortiça às UCP e Cooperativas Agrícolas —, tem registado adesões, nos distritos de Santarém, Beja, Évora e Portalegre, que rondam os cem por cento. Em princípio, a greve deverá terminar no próximo sábado, dia 9 de Agosto.

Face a esta situação, veio o MAP tomar pública uma nota oficiosa cuja função é justificar o que, à partida, não tem justificação. De facto, os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas daqueles distritos fizeram já notar por diversas vezes e junto de diferentes entidades oficiais que o referido Decreto-Lei é discriminatório, classista e inconstitucional, porque viola o artigo 96.º, alínea a), e o artigo 97.º, n.º 1 e 2, da Constituição por negar o direito de posse útil das UCP e Cooperativas à terra para efeitos da Reforma Agrária.

Sabemos que argumentação deste tipo não serve a um Governo que todos os dias viola a Constituição e desrespeita a autoridade dos tribunais, utilizando a repressão para impor a sua vontade.

Na nota oficiosa que o MAP fez publicar, diz-se preto no branco que a cortiça é propriedade do Estado (leia-se Governo «AD» e seus latifundiários).

Afirma, depois, o MAP que este governo aprovou legislação (...) pondo fim à capacidade de apropriação indevida e penalizando fortemente os cúmplices das transacções ilegais.

É o famigerado Decreto-Lei 98/80 que apenas permite aos trabalhadores agrícolas, tratarem dos montados de sobre, extrair a cortiça e empli-

lhá-la, após o que, feitas as despesas, entregam ao Estado para este ficar com os lucros e dividir pelos agrários.

Prova da má-fé do MAP é a levandade com que mente. Assim, no prosseguimento da nota oficiosa pode ler-se que o **Dec.-Lei 98/80 prevê que do valor da venda da cortiça, pertencente ao Estado, é atribuída às entidades ocupantes das herdades donde ela é proveniente uma percentagem de 35 por cento.**

Uma leitura atenta do diploma não revela isso. O que lá se diz é que será estabelecido: **Art.º 5.º, n.º 1, a) — Uma percentagem dos depósitos, a definir anualmente, até 28 de Fevereiro, por despacho conjunto dos ministros da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, destinada às despesas de extracção e empilhamento da cortiça amadia, operações culturais e de exploração do montado para as entidades referidas no artigo 1.º**

deste diploma, que são concretamente as UCP e Cooperativas Agrícolas.

Como se pode ver, o Decreto-Lei não especifica nunca os 35 por cento do produto da venda.

E quando alguns órgãos noticiosos conotados com o Governo «AD» intitulam esta nota oficiosa do MAP como a intenção de pôr fim à **ilegalidades na comercialização da cortiça** mais não fazem do que virar o título às avessas.

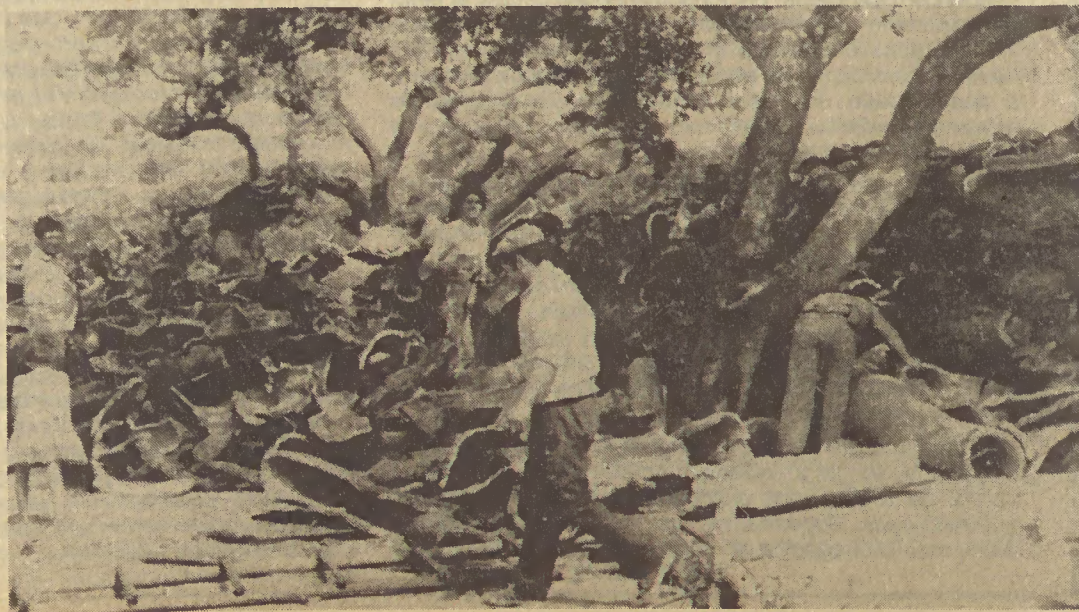
Senão, vejamos: segundo o diploma, as UCP e Cooperativas não podem vender a cortiça; estão ainda obrigadas a uma série de medidas para a sua conservação e extracção e no final apenas uma percentagem a estabelecer lhes será entregue.

Contudo, se a herdade onde o montado de sobre se localiza integrar uma reserva entregue a um latifundiário, este já não está sujeito às referidas normas. Pode vender quando

quiser, arrancar os sobreiros ou extrair a cortiça quando lhe der na real gana. Neste caso já o MAP não se importa com a degradação do montado de sobre, nem lhe compete preservar e apoiar o desenvolvimento desse património.

A intenção é clara. Difícil que tem sido destruir a Reforma Agrária — mesmo com a entrega acelerada de reservas ilegais — antes das próximas eleições legislativas, o MAP propõe-se estrangular economicamente as UCP e Cooperativas Agrícolas, retirando a estas o produto da venda da cortiça.

Julgou encontrar na cortiça a bóia de salvação para a política de recuperação latifundiária do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral, o que não impedirá o seu naufrágio em Outubro. E na zona da Reforma Agrária, os trabalhadores agrícolas não deixarão de ouvir, na altura, o gorgolejar de Cardoso e Goulão, afofando-se na sua incompetência e ilegalidade.



Para que quis Sá Carneiro os 7.000 contos do BESCL?

O silêncio do primeiro-ministro Sá Carneiro sobre as revelações feitas por «o diário» acerca das suas dívidas ao Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, para além do que representa de efectivo desrespeito pela opinião pública, assume a clara significação de uma posição comprometida, de um não-saber-o-que-fazer, de uma confirmação: Sá Carneiro deve, não pagou e tudo fez para não pagar.

O escândalo assim gerado requer várias conclusões.

A primeira é, naturalmente, de carácter criminal e competirá aos tribunais.

Sublinhe-se que a questão aqui não é tanto o de dever ou não dever: conforme afirmava um membro do governo interrogado sobre o assunto, “não é crime dever dinheiro à banca” (e a feliz intervenção do ministro Morais Leitão vale como outra confirmação de que, efectivamente, o chefe do PPD... deve!). Agora, o que é sem dúvida crime é não pagar e, mais grave ainda, manobrar no sentido de escamotear dívidas como tudo parece indicar ter sucedido com a cumplicidade do banqueiro Holtremann Roquete.

Os tribunais dirão.

Mas uma segunda conclusão de carácter político urge tirar. É evidente que é inconcebível que se mantenha como primeiro-ministro de um país digno um político que está em riscos de ser condenado por burla, roubo ou delito semelhante. E é um retrato claro das forças políticas que o apoiam a manutenção desta situação.

Mas, ainda no campo das questões políticas, uma outra se põe: que político e políticos são estes que em pleno fascismo “pesavam” milhares e milhares de contos, obtinham créditos da banca com todas as facilidades? Mais: para que queriam estes políticos estas pequenas fortunas, que lhes fizeram, em que negócios se meteram, com quem, que ligações e compromissos isto implica, etc., etc.?

Nos últimos elementos trazidos a público na semana passada, «o diário» comprovou com documentos uma coisa que era já do conhecimento geral: Sá Carneiro, nos últimos anos do fascismo, especulou fortemente com títulos e acções.

Tudo leva a crer que as dívidas contraídas pelo dirigente “AD” no BESCL se relacionam com estas manobras de jogo na bolsa.

Para podermos extrair deste facto todas as conclusões, é necessário termos uma ideia mais clara do que foi o forrobodó bolsista do início dos anos 70 em Portugal e que prenunciou o colapso do regime fascista.

1. O que são as acções

Nestas como noutras coisas, convém começar do princípio pelo que vamos ver o que é efectivamente uma **acção** e a **bolsa**.

Uma **acção** é, materialmente falando, um documento que corresponde à posse de uma determinada parcela do capital de uma empresa: o possuidor do referido documento é, por conseguinte, na proporção daquela parcela, um proprietário da referida empresa, com direito à parte correspondente dos seus lucros.

Como aparecem as acções? Fazendo um pouco de história, remontemos alguns séculos atrás, ao início das actividades da burguesia capitalista.

Suponhamos que um mercador de Lisboa do século XVIII pretendia ampliar os seus negócios com o Brasil. Mercê dos seus contactos, das ligações com fornecedores e clientes, o nosso homem está convencido de que poderá melhorar os negócios se, por exemplo, constituir uma companhia de navegação mais adequada ao transporte das suas mercadorias: sucede contudo que não dispõe de dinheiro suficiente para montar essa empresa, comprar barcos, pagar tripulações, etc. A trajectória normal nestas circunstâncias é tentar arranjar um ou mais sócios que com ele constituam uma sociedade, em conjunto entrem com o dinheiro necessário e repartam riscos e lucros.

Com o desenvolvimento técnico da sociedade e as novas necessidades do capitalismo, surgiram contudo algumas modificações, a principal das quais (para o caso que estamos a estudar) é a de que muitos novos negócios passaram a exigir quantidades de dinheiro para começarem (isto é, investimentos) muito elevados que dificilmente um só capitalista podia suportar. Por outro lado, juntamente com os grandes capitalistas enriquecidos com o comércio (nomeadamente o colonial) e os empréstimos a juros e os lucros das primeiras fábricas, surgiram outros capitalistas mais pequenos que juntavam pés-de-meia menores que não eram suficientes para grandes voos de novas empresas.

É nestas condições que, principalmente a partir do século XIX, surge com mais força um novo tipo de sociedade comercial ou industrial — a sociedade por acções. Em Inglaterra, por exemplo, as sociedades por acções ligam-se fundamentalmente aos primeiros muito grandes investimentos capitalistas como é o caso dos caminhos-de-ferro.

Qual é a diferença desta sociedade relativamente à anterior? A grande diferença é que o capital inicial para o investimento é constituído pela venda de um determinado número de acções representativas da soma investida por cada um dos sócios: essas acções tanto podem ser

compradas em grandes lotes como individualmente o que permite assim “chamar” ao negócio uma multidão de pequenos capitalistas e mesmo pequenas economias. As sociedades por acções receberam também a designação de sociedades anónimas, uma vez que o capital inicial não é propriedade directa de um ou mais indivíduos mas de qualquer um que adquira uma acção e, teoricamente, uma sociedade que tenha um capital de 100 contos representado por 100 acções de 1000\$00 pode ser propriedade de cem accionistas cada um dos quais tem uma acção.

O mercador de que falávamos passará então a fazer outra coisa: anuncia a sua ideia de constituir uma empresa que val fazer isto ou aquilo (comprar barcos, montar uma fábrica, explorar uma mina) para o que é necessário um capital de 5000 contos: esse capital será constituído por 5000 acções de 1000\$00 cada uma que podem ser compradas, por exemplo, aos balcões de um banco. No anúncio que se faz da nova empresa evidentemente que se anuncia o que se prevêem ser os seus resultados e pode mesmo anunciar-se desde logo que se prevê que a nova empresa possa vir a ter um lucro de tanto ao fim do primeiro ano, lucro que será dividido igualmente por cada acção. Assim, por exemplo, prevê-se que no primeiro ano de actividade a nova empresa tenha um lucro de 500 contos o que dará um lucro de 100\$00 para cada acção, ou seja, um lucro de 10 % sobre o dinheiro que ela custou: nestas circunstâncias, o pequeno capitalista que tem uma pequena reserva prefere comprar acções daquela empresa pois elas asseguram-lhe um lucro de 10 %, que toma o nome de **dividendo da acção**.

Como é fácil de compreender, este sistema das sociedades por acções é uma forma de os grandes capitalistas colocarem os pequenos ao seu serviço: sendo eles que lançam a ideia, é evidente que desde início asseguram (através da compra de um número grande de acções) o controlo da nova empresa. Teoricamente, a administração desta é assegurada pela assembleia geral dos accionistas, mas basta que o grupo capitalista principal tenha metade e mais uma das acções para mandar na empresa. (Nas vésperas da I Guerra Mundial, 1 % dos capitalistas das 200 sociedades mais importantes dos Estados Unidos detinham 60 % do capital.)

Este controlo permite naturalmente retirar do capital investido pelos principais accionistas um muito maior rendimento que a percentagem normal do dividendo anual para todas as acções: seja através dos salários e outros pagamentos dados aos corpos gerentes que são em princípio os próprios accionistas principais, seja através da própria actividade da empresa.

2. A bolsa e as cotações

Mas não é só através do facto de possuírem a maioria das acções que os grandes capitalistas tiram a maior fatia do bolo.

A acção, o documento, pode, em todas as circunstâncias ser transaccionada.

A razão porque logo de início se deu à acção este estatuto de poder ser vendida é evidente e relaciona-se com a própria necessidade de mobilizar o dinheiro dos pequenos capitalistas: dispondo de pouco capital, o facto de adquirirem numa determinada altura uma quantidade x de acções deixava-os imobilizados face a eventuais novas necessidades ou perspectivas de negócios. Assim, a possibilidade de poder vender a acção, realizando novamente o dinheiro gasto com ela era mais um elemento para atrair esses capitais.

O local onde as acções podem ser transaccionadas é a **bolsa**, uma instituição básica do sistema capitalista. Concretamente, a bolsa é um local, um edifício onde se concentram as pessoas que querem vender e comprar acções ou outros documentos que agora não vêm ao caso (obrigações, títulos de tesouro, etc.) A bolsa (que é hoje uma organização oficial) assegura por outro lado uma determinada fixação do preço das acções para este comércio em função de diversos elementos e que se designa por **cotação**.

Tentemos de forma simples ver o mecanismo da cotação. Voltemos à sociedade anónima de que falámos: capital de 5000 contos distribuídos por 5000 acções de 1000\$00 cada. Suponhamos que ao fim do primeiro ano a empresa faz negócios fabulosos e, em vez de dar os tais

10 % de dividendos (100\$00 por cada acção), deu 200\$00, o que equivale a 20 %. Suponhamos ainda que no dinheiro depositado normalmente no banco o juro dado por este aos depositantes é de 5 %.

Que acontece? O pequeno capitalista que tem 100000\$00 no banco verifica que se tiver lá o dinheiro recebe 5000\$00 ao fim do ano, ao passo que se tivesse 100 acções da tal empresa receberia 20000\$00: aí, começa à procura de comprar acções. Por outro lado, em relação aos indivíduos que já tinham acções, verifica-se o seguinte: eles haviam pago 1000\$00 por cada acção para receberem uns previsíveis 100\$00 por cada uma e afinal receberam 200\$00, isto é, um juro de 20 % e não de 10 % ou, de outra forma, o que pensariam receber se tivessem investido 2000\$00 e não 1000\$00. Se as taxas normais de lucro andam à volta de 10 %, para receber o mesmo que receberam com aquela acção que compraram por um conto de réis têm de passar a gastar dois contos de réis. O que equivale a dizer que a acção se **valorizou**: há pessoas dispostas a dar até 2000\$00 por cada uma daquelas acções que custaram mil: este novo valor passa então a ser a **cotação** da acção estabelecida na bolsa.

Como é evidente, assim como a acção se valoriza, também se pode desvalorizar. Seria o processo inverso: estava previsto um dividendo de 100\$00 e afinal foi apenas de 50\$00 — teoricamente, o valor da acção passa para metade, a sua cotação desce.

Esta jiga-joga de valorizações e desvalorizações permite então comprar e vender acções na bolsa a que se chama o **jogo da bolsa**.

3. O jogo da bolsa

Como iremos ver, esta vida das acções ao nível da bolsa é um outro factor de lucro para os grandes capitalistas, para além daqueles que já vão buscar ao facto de administrarem e dirigirem empresas feitas com capitais accionistas.

Repare-se antes de mais nada no seguinte: numa sociedade anónima acabam por existir não um, mas **dois capitais**. Um, a que se chama **capital real**, que é o constituinte na primeira operação de venda de acções: as pessoas chegaram ao balcão de um banco, compraram as acções da sociedade que se foi formar, entregaram 1000\$00 e receberam um documento. Com a soma desses 1000\$00 correspondentes às 5000 acções, realiza-se 5000 contos com os quais se compram máquinas, se alugam edifícios, se arranca para a actividade. Mas, considerando que as acções podem em qualquer altura ser vendidas, donde transformadas novamente em dinheiro, ficaram na mão das pessoas documentos que **m princípio valem outros 5000 contos**: a este total de documentos (as acções) que tem uma vida própria e um capital próprio chama-se o **capital fictício**.

Repare-se que uma acção não serve apenas para comprar ou vender ou receber anualmente o eventual dividendo: ela, como valor que é no sistema capitalista, pode, por exemplo, servir para caucionar um empréstimo, ser usada, digamos assim, para "ser posta no prego". É claro que tal operação não se fará numa vulgar casa de penhores, mas pode perfeitamente ser feita num banco.

E voltando ainda à nossa empresa de exemplo, vamos concretizá-la um bocado mais.

Suponhamos que tudo começou da seguinte forma: o sr. José da Silva e Manuel Carvalho — ou antes, o sr. Dagoberto de Mascarenhas e Bragança e o sr. Diogo de Sottomayor e Benevides (que os primeiros são nomes de povo, de quem não tem dinheiro!) resolvem montar uma fábrica de plásticos, dispondo cada um de um capital de 1000 contos. Feitas as contas às necessidades do investimento, concluem serem necessários 5000 contos de capital próprio para arrancar. Ai, contactam, por exemplo, duas tias que têm uns dinheiros e convencem-nas a entrar com 500 contos cada uma para o negócio.

Posto o que constituem uma sociedade anónima e põem à venda 5000 acções no valor de 1000\$00 cada uma, das quais compram imediatamente 3000, mil para cada um e mais as 500 de cada tia que eles irão administrar. Feita a propaganda do investimento, há pessoas que compram as outras 2000 acções, estão garantidos os 5000 contos e o negócio arranca, os Plásticos Bragança & Benevides, SARL.

Aqui podem logo começar a acontecer coisas como que os terrenos onde a fábrica se vai construir serem. pertença do sr. Bragança que os vende à empresa e recebe já uma parte do capital investido e as máquinas serem importadas por uma firma propriedade do sr. Benevides que as vende à empresa, recolhendo os seus lucros — dado que, como maiores accionistas são eles que dirigem o "empreendimento".

A empresa começa a fabricar plásticos e, apropriando-se da mais valia dos trabalhadores empregados, tem lucros no fim do ano: os administradores entendem que tudo correu bem e, em vez dos 10% de dividendo que tinham anunciado, propõem que seja de 20% — os tais 200\$00 por acção. Verifica-se assim a tal valorização da acção, e o que sucede? Os srs. Bragança e Benevides que eram proprietários de 60% do capital da empresa (no valor de 3000 contos) e de mais 3000 acções no valor de venda inicial (que se chama **facial ou nominal**) de 3000 contos, vêem estes 3 mil contos valorizados para 6000 contos que será o valor que teoricamente podem obter se chegarem à bolsa e as venderem. É claro que em princípio, não as irão vender, ou pelo menos não venderão uma quantidade que possa pôr em causa a sua situação de domínio da fábrica de plásticos. Mas podem, por exemplo, fazer o seguinte: o sr. Bragança chega a um banco e diz:

— Preciso de um empréstimo de 1000 contos. Tenho aqui 500 acções de valor facial de 1000\$00 mas cuja cotação na bolsa é actualmente de 2000\$00 cada uma e que ficam depositadas aqui no banco como garantia desse empréstimo.

O banco aceita e o sr. Bragança com os novos mil contos lança-se em novos negócios e ganha mais dinheiro!

4. A especulação

Mas não só isto.

Os srs. Bragança e Benevides são quem naturalmente conhece melhor a empresa, como andam os negócios, etc., etc.

Suponhamos, por exemplo, que tomam conhecimento de um grande contrato que podem obter e que dará lucros fabulosos à fábrica, pelo que lhes interessa adquirir mais acções da sua própria empresa.

Podem então fazer a seguinte manobra (entre muitas outras, que isto é tudo no campo das hipóteses simples): agarram cada um em 250 acções e põem-nas à venda na bolsa. Ao aparecer um lote de 500 acções de uma empresa que parecia sólida e ainda por cima postas à venda por quem a dirige e conhece (o que eles podem fazer constar), é natural tirar a conclusão de que a empresa afinal não está tão bem como isso. Ai, os pequenos accionistas preocupam-se com a rentabilidade do seu pequeno capital e pretendem vender também as suas acções: este aparecimento brusco de acções faz naturalmente descer a sua cotação, uma vez que há dúvidas sobre a sua solidez. As acções, de valor nominal de 1000\$00 e que estavam cotadas a 2000\$00, descem a cotação para, por

exemplo, 1200\$00. Por interposta pessoa, os srs. Bragança e Benevides compram então as suas acções por 1200\$00 e mais 500 que entretanto apareceram de pequenos accionistas. Como compraram a si próprios as primeiras quinhentas, isso não conta; e gastaram 500×1200\$00 para comprar as outras acções, isto é, 600000\$00. Passados alguns meses, concretiza-se o tal negócio que só eles sabiam, os resultados da empresa voltaram a ser bons e as acções subiram novamente, digamos, para 2200\$00 de cotação na bolsa. O que significa que os srs. Bragança e Benevides ganharam a diferença entre 500 acções que compraram por 600 contos e que agora valem (como eles previam) 1100 contos!

Ainda pior: os srs. Bragança e Benevides podem inclusivamente verificar que a empresa está a correr mal. Ai, discretamente, começam a vender as suas acções pela cotação alta a pequenos compradores convencidos que estão a fazer um bom investimento. Tempos depois, verifica-se que a fábrica de plásticos está a reventar e as cotações vêm por aí abaixo: só que entretanto, os grandes accionistas, com possibilidades de movimentar capitais e no segredo dos negócios, já salvaram "o seu"!

6. Os bancos e os especuladores

Como é evidente, uma das principais entidades que opera na bolsa são as próprias instituições bancárias. Dispondo de enormes quantidades de dinheiro dos seus depositantes, os banqueiros podem aproveitar todas as manobras e situações na bolsa (subidas de cotações, descidas, aumentos de capitais, etc.) para multiplicarem os seus fundos em manobrasde-CARO puramente especulativas. Mais: dada a sua grande capacidade de movimentar capitais e os seus conhecimentos do mercado, podem eles próprios provocar subidas e descidas de cotações para lucrarem com elas.

Por outro lado, em torno da bolsa e do seu jogo podem fazer-se grandes negócios nestas operações de compra-barato/vende-carro, **desde o momento em que se disponha de capital para movimentar e de informações fidedignas**.

É mais do que evidente que estas duas condicionantes afastam imediatamente destas jogatanas o trabalhador, a pessoa de fracos recursos financeiros, não só porque não dispõe de quantidades de dinheiro que possa investir a médio-longo prazo, como também porque não anda no "segredo dos deuses" das finanças. O mais natural que aconteça é que um trabalhador que se meta a tentar investir em acções seja forçado a vendê-las rapidamente de qualquer forma (porque precisa do dinheiro para a sua própria vida) arriscando-se a vendê-las mais barato que comprou, ou comprar uma acção que em pouco tempo se desvaloriza, etc.

Mas é óbvio que é possível ganhar dinheiro aqui e isso sucede, a nível pessoal, com indivíduos que andam na orla dos grandes interesses financeiros e económicos.

E note-se que a esses grandes interesses convém mesmo dispor de pessoas aparentemente independentes para algumas operações.

Vejam um exemplo.

Como vimos, os nossos srs. Bragança e Benevides tinham todo o interesse em que, ao serem lançadas no mercado as 2500 acções aparecesse muita gente a tentar comprá-las: isto provocaria um aumento de procura, donde uma subida da cotação com a consequente valorização das suas próprias acções. Assim, é natural que o sr. Bragança diga aos seus primos e amigos que ali está um bom negócio e que possa mesmo ir mais longe: emprestar dinheiro a uma meia dúzia de indivíduos da sua confiança e dele dependentes para que, em nome deles, subissem acções para aparentemente uma grande procura. Esse empréstimo pode ser feito em diversas circunstâncias mas há uma que convém reter.

Quando uma pessoa declara num banco que quer comprar 100 acções do aumento de capital da Bragança & Benevides, SARL, lançadas no mercado a 1800\$00 cada uma, tem de depositar o dinheiro da eventual aquisição, isto é, 180000\$00. Quando se dá o sorteio (melhor, o rateio) e se verifica que para 2500 acções apareceram 10000 propostas de compra, atribui-se uma acção a cada proposta de compra de 4 (linhas gerais, que os critérios são normalmente mais complexos): aquele comprador pode assim comprar 25 acções, que lhe custam 45000\$00, sendo-lhes devolvidos os restantes 135000\$00, **mas que ele teve que depositar previamente**.

Admitamos agora que o sr. Bragança fala com o seu advogado e diz-lhe:

7. A crise capitalista e a especulação bolsista

Constituindo um elemento fundamental da economia capitalista, é importante ter a noção de que a actividade da bolsa e especialmente a especulação bolsista é, **do ponto de vista produtivo, completamente inútil**.

Os lucros da bolsa não têm obrigatoriamente nenhuma relação com aumentos de produção nem os provocam directamente. Trata-se de uma estrutura ligada directamente à própria dinâmica da concentração e reprodução do capital financeiro.

Este carácter improdutivo das operações e dos lucros bolsistas faz deles um factor de precário equilíbrio no universo económico da própria economia capitalista. O ciclo das crises de uma economia capitalista reflecte-se no geral num processo de aumento de produção e desenvolvimento económico com valorizações de cotações e lucros na bolsa e aumento do processo especulativo bolsista. Este aumento da especulação na bolsa é um dos elementos da inflação (como é óbvio, provoca uma circulação acrescida de meios de pagamento e crédito sem contrapartida produtiva), que ligada à quebra cíclica de produção e às crises de sobreprodução inerentes à economia capitalista, gera rupturas e crises no sistema.

É um facto constatado que todas as crises graves da economia capitalista (globalmente considerada ou a nível nacional) foram sempre acompanhadas (num complexo processo de causa-efeito) por sucessos avassaladores de especulação na bolsa: o *crack* de 1929 em Nova York,

é o caso mais conhecido, mas as recentes desvalorizações do dólar, a libra, e outros pontos agudos do sistema capitalista no presente são sempre acompanhados de um acréscimo especulativo galopante.

Ora, é sabido que os últimos anos do fascismo conheceram em Portugal um surto espectacular de operações especulativas, nomeadamente com acções.

Lado a lado com especuladores e capitalistas, muitas pequenas economias procuraram no jogo da bolsa forma de se defenderem contra uma inflação galopante que punha em causa os aforros para a velhice ou a compensação para proventos insuficientes ao dia a dia.

Era um sintoma claro da crise do sistema do capitalismo monopolista de Estado e um facto do próprio agravamento da crise. Crise que se manifestou economicamente e politicamente. Politicamente, conduziu ao derrubamento do governo fascista no 25 de Abril. Mas — conforme então foi amplamente afirmado e a experiência vai demonstrar — o problema era político, mas também económico e a necessidade de reformular as normas de funcionamento económico do país eram uma inadiável necessidade de sobrevivência de Portugal como nação independente e democrática. As nacionalizações e, muito especialmente, a nacionalização da banca tornaram-se necessidades inadiáveis que permitissem pôr ao serviço de todo o povo recursos até então controlados por meia dúzia de capitalistas.

8. A aposta errada de Sá Carneiro

O caso dos empréstimos de Sá Carneiro surgem assim a uma luz mais clara.

«o diário» revelou já documentos mais do que necessários para comprovar um facto que era conhecido: Francisco Sá Carneiro aproveitou quanto pôde o forrobodé de especulação na bolsa que caracterizou os últimos tempos de Marcelo Caetano. Não se conhecem ao dirigente do PPD investimentos em fábricas, em empresas comerciais ou industriais, na agricultura. Mas Francisco Sá Carneiro teve evidentemente necessidade de obter capitais para as suas operações de vende-compra títulos e acções proporcionando lucros fáceis.

Tais capitais foi certamente procurá-los a crédito, àqueles créditos bancários igualmente especulativos, fáceis de obter a quem diligentemente se integrasse na órbita dos capitalistas, dos banqueiros, dos monopolistas que — lembre-se — dominavam então o aparelho de Estado fascista. Foi através destes créditos e destas manobras que a grande especulação se fez e cabe lembrar que, enquanto manobras especulativas deste teor contavam com o sólido apoio bancário, pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores viam recusados apoios às suas iniciativas pela lei de domínio do capital monopolista. Quantos industriais desta terra puderam contar com um crédito de 15 000 contos para as suas indústrias como tiveram com toda a facilidade Francisco Sá Carneiro e seu irmão?

Mas Sá Carneiro apostou e apostou mal. O 25 de Abril estacou o bródio especulativo e as nacionalizações reduziram as acções ao seu valor real: o dos meios de produção que efectivamente significavam e que se verificou que o capitalismo agonizante do marcelismo deixara desmantelar ou descapitalizar face ao lucro fácil da manobra financeira na bolsa.

Os elementos fornecidos pelo «o diário» revelam que Sá Carneiro e seu irmão pretenderam liquidar a dívida contraída no BESCL mediante a entrega da sua carteira de acções, as acções compradas possivelmente com esses créditos e não com o dinheiro próprio. Só que os 7000 contos dos empréstimos continuavam a ser 7000 contos, as acções haviam perdido o fictício valor que as traquibémias capitalistas lhes tinham artificialmente entregue. Sá Carneiro ligara os seus interesses económicos pessoais indelevelmente à própria sobrevivência do capitalismo e das suas manobras. **Sá Carneiro apostara no capitalismo — e perdeu.**

É revelador do que pode querer e pensar hoje um político que desta forma se ligou a um capitalismo agonizante e desnorreado, especulativo e fascista.

Vieram depois as golpadas para esconder a dívida. Que são politicamente tão ou mais significantes que tudo o anterior até porque lançam sobre a alçada do tribunal o lance perdido de um político que ainda é primeiro-ministro de Portugal.

5. Os aumentos de capital

Mas as coisas ainda não ficam por aqui.

Os negócios da Bragança & Benevides, SARL vão de vento em popa e a administração resolve alargar e reequipar a fábrica: o investimento necessário a esta operação exige novos 5000 contos de capital próprio. Resolve-se assim aumentar o capital de 5 para 10 mil contos, lançando no mercado novas 5000 acções no valor facial de 1000\$00.

Sucede que entretanto, as primitivas acções estão cotadas na bolsa a 2000\$00. Sob o ponto de vista legal, não há impedimentos de maior a que a própria entidade que lança acções no mercado estabeleça os critérios da sua venda. Os srs. Bragança e Benevides sabem que as acções estão bem cotadas e que, por conseguinte, um aumento de capital com lançamento de novas acções encontrará certamente clientes. E estabelecem o seguinte sistema:

1.º — Das novas 5000 acções, 2500 são destinadas prioritariamente aos antigos accionistas que as podem comprar à razão de 1 nova acção por cada 2 antigas, pelo seu preço facial de 1000\$00;

2.º — As restantes duas mil e quinhentas destinam-se à venda pública ao preço de 1800\$00 cada uma.

Que é que sucede?

Como as acções podem ser vendidas na bolsa a 2000\$00 que há quem as compre, muitas pessoas que têm algum dinheiro estão interessadas em comprar por 1800\$00 (até porque podem vendê-las logo a seguir) pelo que se inscrevem para comprar as ditas acções. Suponhamos que apareceram para aquelas 2500 acções, 10000 propostas de compra (o que não significa 10000 pessoas pois é evidente que aparecerão os que querem comprar 5, 10, 100 ou mesmo mais); procede-se depois ao sorteio e vendem-se as 2500 acções por 4500 contos.

Note-se que aqui a empresa já teve um lucro de 2500 contos: na verdade, o que tem de entrar para o capital da empresa a fim de ser investido são os 2000 contos correspondentes a 2000 acções de 1 conto cada; os 2500 a mais provenientes da valorização constituem lucro cuja distribuição já veremos.

Mas entretanto, os srs. Bragança e Benevides compraram, conforme o estabelecido no aumento de capital, 1500 acções a 1000\$00 cada e os restantes accionistas antigos as restantes 1000. Como é óbvio, estando a cotação das acções da empresa a 2000\$00, estas acções pelas quais eles deram 1000\$00 proporcionam um





TERMINOU COM ÊXITO A OLIMPIÁDA-80

Cerimónia de encerramento: Uma jornada à altura dos jogos

Terminou a XXII edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Quinze dias inesquecíveis na história do desporto internacional, uma grande jornada da Juventude de todo o Mundo, uma etapa gloriosa nos difíceis caminhos da luta pela paz, a amizade e o entendimento entre todos os povos — enfim, a dinâmica da Olimpíada-80 não se consegue definir em meia dúzia de palavras.

E isto porque decorreu pela primeira vez numa nação socialista — a URSS, pioneira dessa transformação histórica no Mundo, dessa realidade que é o socialismo e o progresso social assente em bases sólidas e justas; porque o imperialismo falhou por completo a sua manobra de boicote porque foi um gigantesco êxito desportivo; porque mostrou a todos, à opinião pública internacional, aos desportistas, aos técnicos, aos dirigentes, aos jornalistas, o carinho e o entusiasmo com que o Povo soviético ergueu a Olimpíada-80.

Feitas as «contas», não é difícil concluir que o espírito olímpico e o desporto em geral saíram vitoriosos. Quanto às manobras imperialistas e ao seu frustrado desejo de boicote, não são necessárias mais palavras. A comunidade internacional já fez o seu juízo!

A Olimpíada-80 encerrou com chave de ouro. Foi sem dúvida um espectáculo maravilhoso de harmonia, movimento e cor, que dificilmente será esquecido pelas 100 mil pessoas que encheram o Estádio Lénine, em Moscovo, e por toda a comunidade internacional que seguiu o acontecimento pela TV (calcula-se um número superior a um bilhão e meio de espectadores em todo o Mundo). Como na jornada de inauguração (a 19 de Julho), o relvado, a pista e as bancadas do Estádio Lénine voltaram a dar uma imagem rara do desporto como festa da paz, construída com vincada imaginação e vivacidade.

A cerimónia, realizada na tarde do passado domingo, dia 3, começou com o desfile de porta-bandeiras com o símbolo dos Jogos Olímpicos de Moscovo, seguido de numerosos ginastas. No solo, criavam com os seus corpos o símbolo olímpico. Entretanto, surgem na pista, atrás das bandeiras, os representantes (seis desportistas de cada país) das 81 delegações participantes. Desta vez, os portugueses também desfilaram.

Depois dos hinos olímpico e soviético, Lord Kilanin fez uma

breve intervenção em Inglês, que assinalou o seu último acto oficial como presidente do Comité Olímpico Internacional. «É para os nossos filhos que os Jogos Olímpicos existem», dizia a dado passo da sua comunicação, que foi traduzida em Russo no quadro electrónico. Antes de regressar a Dublin, Kilanin concedeu ainda uma conferência de Imprensa na qual, ao referir-se ao modo como a Imprensa da Europa Ocidental acompanhou a Olimpíada-80, salientou: «Nalguns jornais os comentadores políticos diziam uma coisa e as coisas completamente diferentes nas páginas desportivas. Como velho jornalista, não duvido de que alguns jornalistas que aqui vieram receberam instruções para escrever sobre tudo o que corresse mal nos Jogos».

Sob a pira da chama olímpica, no imenso painel humano constituído por várias centenas de jovens desportistas, com lenços e cartões, aparece o simpático urso mascote dos Jogos de Moscovo, o «Misha», a piscar o olho, num abraço de amizade a todo o Mundo. Entretanto, lançam-se foguetes, balões e fogo de artifício.

Sempre no ritmo certo e numa esfera de entusiasmo crescente, a cerimónia prossegue. Agora, saem os atletas e entram bandas de música. No painel humano (que mais parecia um imenso quadro electrónico) sucedem-se várias composições.

Com um belo fundo musical, surge depois uma numerosa classe de ginástica feminina, seguindo-se uma outra já com música de Tchaikovsky. Entram também classes mistas.

Além de um «Misha» com oito metros de altura, rodeado de balões, o Estádio Lénine acolhe grandes «Matrioskas» (bonecas tradicionais). Toca-se música tipicamente soviética e entram grupos folclóricos. O fogo de artifício regressa e no grande ecrã do Estádio aparece curiosamente, entre a multidão, uma bandeira portuguesa.

Cantava-se «Adeus Misha, Adeus Moscovo». No quadro electrónico surgia a mensagem: «Até à XXIII Olimpíada». No painel humano um «Misha» gigante não conseguia conter as lágrimas.

As 20 horas e sete minutos locais a chama olímpica já estava apagada no Estádio Lénine.



O convívio e a camaradagem desportiva foram presenças constantes. Na foto, Andrei Krylov (URSS), medalha de prata nos 200 metros livres, felicitado o nadador australiano Bruer, medalha de bronze. Serguei Kopliakov (URSS) foi o vencedor desta prova.

A participação portuguesa: um balanço positivo

«Para fazerem aquela figura mais valia não terem ido». É com algum tristeza que ainda se ouve de algumas bocas este desabafo sobre a participação portuguesa na XXII edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Pessoas pouco esclarecidas sobre o fenómeno desportivo, pessoas que não compreendem as «coisas» do desporto e do olimpismo, pessoas de má fé?

Bem, a verdade é que não são precisas muitas palavras para concluir que aquela posição é extremamente errada.

Não falando já do aspecto geral sempre positivo e honroso que representa a participação de um país no grande encontro internacional da juventude de todo o Mundo, é de salientar no campo técnico a experiência, o intercâmbio, o contacto que se proporcionou aos nossos atletas nesta ida a Moscovo.

A par das condições que se devem criar a nível nacional, de uma política correcta de incentivo à massificação desportiva e de aproveitamento de todos os recursos e potencialidades, a vida desportiva que se desenvolve em qualquer país não consegue evoluir em toda a sua dinâmica sem o contacto internacional. Há sempre qualquer coisa para aprender ou aperfeiçoar.

Neste espírito, conclui-se, pois, que é positivo o balanço da

presença de Portugal na Olimpíada-80.

De Anacleto Pinto a Luís Caldas

No atletismo tivemos três representantes: José Sena, João Campos e Anacleto Pinto. Se é verdade que o azar acompanhou o primeiro (por motivos de saúde foi forçado a abandonar a 250 metros do fim a eliminatória dos 3000 obstáculos), já as provas de Campos e Anacleto evidenciaram um certo nível técnico e competitivo. João Campos conseguiu o apuramento para as meias-finais dos 1500 metros («consegui o meu objectivo», dizia aos jornalistas), onde teve como companheiro de pista o britânico Steve Ovett. Nos primeiros 400 metros, Campos passou na frente do pelotão, acabando a prova em penúltimo. O veterano Anacleto Pinto (32 anos) foi o participante português mais destacado nos Jogos de Moscovo, ao classificar-se em 16.º lugar na maratona (42 quilómetros e 195 metros). «Tinha tudo bem planeado, não forcei na primeira parte da corrida e aos 30 quilómetros é que fiquei com a sensação de que a corrida ia começar», disse aos jornalistas.

Entretanto, na natação, a presença de Rui Abreu e Paulo Frischknecht, ambos de 19 anos, apresenta também um saldo positivo. Os dois nadadores bateram quatro recordes nacionais: Frischknecht nos 200 livres (1.55,06) e 100 mariposa (57,94); e Abreu nos 100 livres (52,85) e nos 100 costas (1.00,62). O primeiro conseguiu um excelente 21.º lugar (entre 42 concorrentes) nos 200 livres. Por outro lado, é de salientar que as marcas obtidas por Rui Abreu nos 100 livres e por Paulo Frischknecht nos 100 mariposa têm um apreciável nível europeu e ultrapassam duas tradicionais «barreiras»: a dos 58 e 53 segundos, respectivamente.

O Judo teve igualmente três portugueses em acção: António Roquete, José Branco e João Paulo Mendonça, que ganharam cada um o seu primeiro combate, sendo posteriormente eliminados. No entanto, João Paulo foi repescado para a luta pela medalha de bronze, o que não conseguiu.

Mais de 80 países representados, 36 recordes do Mundo batidos, medalhas para 36 das nações presentes — este o balanço que, a priori, e de forma muito resumida, se pode aqui fazer do grande êxito desportivo da Olimpíada-80. Estabeleceram-se novos máximos mundiais em cinco modalidades. No atletismo é de sublinhar, por exemplo, os resultados no salto à vara (wladislaw Kosakiewicz, Polónia, 5,78), nos 800 metros femininos (Nadyezhda Olizarenko, URSS, 1.53,42), nos 4x100 metros femininos (equipa da RDA, 41,60) e no salto em altura masculinos (Gerd Wessing, RDA, 2,36).

Quanto à natação, dos 8 recordes conseguidos na piscina olímpica de Moscovo, uma palavra especial para o soviético Vladimir Sahnikov nos 1500 metros livres (14.58,27) e para as nadadoras da RDA Barbara Krause, Rica Reinisch, Ute Gwengniger e Petra Schneider. A primeira nos 100 livres; a segunda nos 100 e 200 costas; a terceira nos 100 borcos e a última nos 400 estilos.

A halterofilia foi uma sensação nestes Jogos Olímpicos. Conseguiram-se novos máximos mundiais nas seguintes classes: 52 quilos;

Roquete, na categoria de 78 quilos, venceu o judoca argelino Berkane Lakhdar Adda, e perdeu depois (por precipitação) com o vice-campeão do mundo Bernard Tchoullouyan.

Branco, na categoria de 65 quilos, venceu facilmente Abdoulaye Thera (do Mali); mas perdeu depois com o búlgaro Ilian Nadekov.

Mendonça (escalão até 60 quilos) começou por levar de vencida o polaco Donat Marian, o que já não conseguiu face ao campeão mundial da categoria, o francês Thierry Rey. Como este judoca se classificou para a final, João Paulo Mendonça foi repescado. Na luta pela medalha de bronze, o nosso atleta foi vencido pelo finlandês Reino Fagerlund.

No boxe competiu João Miguel, mais conhecido por «Paquito». O sorteio não foi nada favorável ao pugilista português: logo no primeiro (e único) combate coube-lhe o soviético Sabinov, campeão da URSS, que venceu «Paquito» por 5-0, num combate em que o português resistiu com firmeza e dignidade até ao fim.

Raul Diniz, o único representante português nas provas de halterofilia (até 52 quilos), não conseguiu igualar o seu recorde nacional. Quando tentava no

arremesso os 122,5 quilos, o atleta português teve azar a cair.

Finalmente, na ginástica, tivemos Avelina Alvarez. Na prova que mais temia (a trave) obteve uma pontuação razoável (8,90), enquanto na que esperava uma melhor classificação (exercícios no solo), a jovem Avelina Alvarez não esteve à vontade e o nervosismo impossibilitou-lhe uma melhor pontuação. Também nas assimétricas, a ginasta portuguesa não foi feliz. O recado lugar na tabela geral acabou por não corresponder às suas potencialidades.

Por último, uma palavra especial para o êxito do árbitro português de Lutas Amadoras, Luís Caldas, de 52 anos. Dirigiu 12 combates de greco-romana e 10 de luta livre olímpica.

O combate mais difícil que acompanhou foi o que opôs Jamsyng Davaajav, da Mongólia, a Pavel Pinigin, da URSS, ambos desqualificados ao cabo de 8 minutos e meio de combate.

No dia desse encontro, Luís Caldas arbitrou a final da categoria de 100 quilos, entre o soviético Ilya Mate e o búlgaro Slavich Tchervenkov, com vitória do primeiro.

O português actuou mais de 30 vezes como juiz de tapete

e auxiliou também a arbitragem na final da categoria de 48 quilos.

Luís Caldas já participou anteriormente nos Jogos Olímpicos como atleta e dirigente do Comité Português.

As declarações do presidente do COP

«Os resultados são positivos. Consideramo-los normais atendendo ao nível actual do desporto português. Em certas disciplinas como, por exemplo, a natação, os atletas nacionais fizeram mesmo algumas proezas» declarou, entretanto, à Novosti, o presidente do Comité Olímpico Português (COP), Sales Grade.

Referindo-se à ausência de alguns atletas na Olimpíada-80, afirmou: «Quanto mais numerosos são os desportistas mais interessantes são as competições. Temos o caso, por exemplo, dos desportistas portugueses de Tiro e Hipismo, que podiam ter elevado a qualidade da nossa participação nas Olimpíadas. O mesmo aconteceu noutras provas em que estiveram ausentes atletas de alguns países. Quantitativamente, os Jogos perderam, mas não em qualidade. Os desportistas participantes deram o melhor de si próprios. E isso explica o grande número de espectadores

presentes. Por outro lado, é preciso não esquecer o princípio olímpico de Pierre Coubertin: o importante não é vencer mas participar. Pela nossa parte desejamos que os Jogos Olímpicos e o movimento olímpico internacional não acabem nunca, que mobilizem os nosso descendentes para novas proezas em nome dos ideais da amizade, da paz e da competição puramente desportiva entre os vários países».

Sobre as condições que envolveram a presença da nossa delegação (vinte pessoas ao todo), salientou Sales Grade: «A equipa portuguesa não teve uma única vez problemas de transportes. Chegava sempre a tempo às competições. Também quanto às instalações na Aldeia Olímpica e alimentação não temos queixas a apresentar. Comi todos os dias no restaurante da Aldeia Olímpica com os dirigentes da equipa e os seus membros, exactamente para os acompanhar caso houvesse dificuldades ou eventuais problemas, e posso afirmar que toda a delegação está satisfeita com a alimentação e a gama de pratos apresentados. Muitos deles não se distinguem em nada daqueles que comemos em Portugal. Tivemos a sensação de que é um português a cozinhar e não um soviético».



O simpático ursinho "Misha" ficará na história das Olimpíadas como um símbolo bem eloquente de uma manifestação da juventude mundial que traduz um desejo de paz e de amizade



Soliedad Bravo: uma presença artística destacada na Festa de Lagos

Foi um êxito em Lagos a II Festa da Paz e da Cultura

Ao longo de três dias, largos milhares de pessoas participaram em Lagos nas manifestações de diversa índole que assinalaram a realização, naquela cidade algarvia, da II Festa da Paz e da Cultura, iniciativa do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, com a colaboração da edilidade.

A segunda edição deste conjunto de realizações em que o teatro, o cinema, a música, a poesia, as exposições e as variedades são manifestações de cultura através das quais os povos exprimem o seu incofindo desejo de paz, iniciou-se na noite da passada sexta-feira com uma sessão de abertura presidida por Igrejas Casiro, da presidência do CPPC, José Alberto Baptista, presidente da CM de Lagos, e Luís Catarino, da Comissão de Honra que organizou a festa deste ano.

Logo após a sessão de abertura, realizou-se no mesmo local — o Cine-Teatro de Lagos — a estreia nacional da peça teatral «A Paz», de Aristóteles, representada pela companhia do Centro Cultural de Évora, com encenação de Mário Barradas e Luís Varela. Depois, e até ao princípio da madrugada de segunda-feira,

milhares de pessoas participaram nas diversas realizações incluídas no programa. No campo musical, destaca-se os recitais em que participaram Soliedad Bravo, o cantor «folk» norte-americano Dean Reed, os húngaros Andras Vargas e Sandor Puskas, o pianista libanês Awo Koviundjan, e os artistas nacionais Adriano Correia de Oliveira, Carlos do Carmo, Fausto, Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo, Francisco Fanhais, José Jorge Letria, José Viana, Dora Leal, Jorge Nascimento, Luís Cilia, Páco Bandeira, Simone de Oliveira, Teresa Silva Carvalho, além dos grupos Trovante e Brigada Vitor Jara, e dos corais alentejanos de Aljustrel, Cuba, Castro Verde, Odemira.

O maestro António Vitorino de Almeida e os músicos Carlos Paredes e Fernando Alvito actuaram igualmente no âmbito dos espectáculos musicais, além de artistas da República Popular de Angola. O cinema esteve representado em Lagos com a apresentação de um ciclo de filmes dedicados ao tema da paz, no qual foram exibidos, nomeadamente, «O Soldado Azul», de Ralph Nelson, «A

Grande Ameaça», de Robert Aldrich, «América, América, para onde vais?», de Haskell Wexler, «Ascensão», de Larissa Cheptik, e «O Ditador», de Chaplin.

Entretanto, na tarde de domingo, decorreu, na Sociedade dos Artistas, um recital de poesia com Armando Caldas, Ary dos Santos, Fátima Murta, Joaquim Pessoa, Manuel Branco e Maria Dulce. No Forte Pau de Bandeira e na antiga fábrica da Fibeira estiveram permanentemente expostos a série de gravuras de Goya «Os desastres da guerra», quadros de pintores portugueses alusivos à paz e esculturas de João Cutileiro. Isto, além de uma exposição e venda de artesanato, nas instalações da Filarmónica 1.º de Maio.

Refira-se, a finalizar, que a Sociedade Nacional de Belas-Artes deliberou apoiar a ideia lançada pela Câmara Municipal de Lagos com vista à edificação, nesta cidade, de um monumento à paz, tendo já elaborado uma proposta de regulamento que possibilitará a realização de um concurso público para uma obra que se deseja testemunho estático do nosso tempo e não apenas uma estátua mais.

Medalhas para atletas de 36 nações

56; 67,5; 75; 82,5 e 110 (peso dos atletas). Enquanto no primeiro «escalão», o alterofiliasta da Coreia do Norte Han Gyong Si levantava no arranco 113 quilos, na classe de 110 o soviético Leonid Taranenko levantava no arremesso 240 quilos.

No ciclismo, Robert Dill-Bundi, da Suíça, ganhou nos 4000/perseguição individual (4.34,92); Lothar Thoms, da RDA, venceu nos 1000 metros/contra-relógio (1.02,955); e a equipa soviética ganhou os 4000/perseguição (4.15,70).

Finalmente no tiro os novos máximos mundiais registaram-se em pistola livre (Alexander Melentev, URSS, 581 pontos), carabina delatado (Karoly Varga, Hungria, e Elfried Heilfort, RDA, 599 — recorde do Mundo igualado), carabina três posições (Viktor Vlasov, URSS, 1173), e alvo móvel (Thomas Pfeffer, RDA, Igor Sokolov, URSS, 589).

URSS: 194
RDA: 126

A União Soviética foi o país cujos atletas conseguiram maior número de medalhas: 194. Ou seja: 80 de ouro, 68 de prata e 46 de bronze. Em segundo lugar, temos a República Democrática

Alemanha com 126, assim divididas: 47 de ouro, 37 de prata e 42 de bronze. Segue-se a Bulgária com 8 de ouro, 16 de prata e 17 de bronze, num total de 41 medalhas. Em quarto lugar na obtenção de medalhas olímpicas surge Cuba (20) e em quinto a Itália (15).

Hungria, Roménia, França, Grã-Bretanha, Polónia, Suécia, Finlândia, Checoslováquia, Jugoslávia, Austrália, Dinamarca, Brasil, Etiópia, Suíça, Espanha, Áustria, Grécia, Bélgica, Índia, Zimbábue, Coreia do Norte, Mongólia, Tanzânia, México, Holanda, Irlanda, Venezuela, Uganda, Jamaica, Líbano e Guiana também conquistaram medalhas.

Ao contrário do que certos meios detractores da Olimpíada-80 tentaram fazer correr, os Jogos de Moscovo não foram um «meeting» internacional em que apenas os países socialistas, e em particular a URSS e RDA, seriam os candidatos às medalhas. Nada disso se passou. A Olimpíada de Moscovo foi um êxito desportivo, foi uma grande realização do desporto mundial, foi, sem dúvida, uma importante manifestação de apoio ao convívio, à cooperação e à amizade entre os Povos, e também uma

tribuna em que os atletas de diferentes países deram o melhor do seu esforço e saber, conseguindo muitos deles êxitos espectaculares, desde o etíope Yifter à soviética Davidova e à alemã democrática Rica Reinisch,

passando pelo italiano Pietro Menea ou pela equipa de hóquei em campo do Zimbábue, não esquecendo, por exemplo, a equipa jugoslava de basquetebol, ou os britânicos Steve Ovett e Sebastian Coe.

74 recordes olímpicos

A XXII edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna decorreram entre 19 de Julho e 3 de Agosto, com a participação de 81 países, num total de 8304 representantes (atletas, técnicos e acompanhantes).

As diversas modalidades foram acompanhadas por 1245 árbitros oriundos de 78 países. No decurso da Olimpíada-80 estabeleceram-se 74 recordes olímpicos.

Assistiram às provas cerca de cinco milhões de pessoas. Mais de um milhão estiveram no Estádio Lénine, palco central dos Jogos. O Centro de TV e Rádio instalado em Moscovo, com uma gigantesca torre de 540 metros e 55 mil toneladas de peso, pôde difundir para todo o Mundo numerosas reportagens sobre a Olimpíada, tendo condições para emitir simultaneamente 20 programas televisivos e 100 radiofónicos.

Efectuaram-se 28 356 transmissões telegráficas e 212 mil chamadas telefónicas entre Moscovo e o resto do Mundo. Especialmente para a informação, editaram-se 155 boletins (cerca de 600 mil exemplares). Distribuíram-se 1 016 000 folhas de resultados no Centro de Imprensa.

sindicatos e a Associação de Resistentes Anti-fascistas Portugueses (URAP), tendo esta associação enviado à embaixada da Bolívia no nosso país uma nota em que se afirma: «Havendo conhecido as brutalidades do fascismo português durante 49 anos, os antifascistas portugueses não só lamentam que um regime semelhante se instale, agora, na Bolívia, com todo o seu cortejo de misérias várias, degradações aviltantes e assassínios, como assumem inteira responsabilidade moral de se solidarizarem com o povo boliviano, a quem desejam melhores dias, com uma nova vitória da democracia, plena liberdade e derrota completa do fascismo.»



Nas próximas eleições é fundamental o trabalho

dos membros das mesas e dos delegados da APU porque as fraudes da «AD» existem!

As fraudes existiram mesmo nos últimos actos eleitorais! Sem ser uma relação exaustiva, os factos que se seguem (extraídos do livro recentemente publicado pela Editorial «Caminho») são um exemplo esclarecedor que a votação obtida pela «AD» em muito contou com burlas e actos de violência e corrupção.

Mouquim (Vila Nova de Famalicão, Braga)
Foi apresentado protesto pelo PS e APU porque a mesa aceitou que pelo menos 29 pessoas votassem acompanhadas, alegando «cegueira».

Rego (Celorico de Basto, Braga)
A mesa aceitou que mais de 200 pessoas votassem acompanhadas, alegando que eram «cegas». Foi apresentado protesto pelo PS e APU.
Note-se que a freguesia do Rego tem apenas 766 eleitores, donde se teria de concluir que mais de um quarto dos eleitores desta freguesia eram cegos...

Barco (Guimarães, Braga)
Foi apresentado protesto porque a mesa aceitou ilegalmente que 18 pessoas votassem acompanhadas, em condições que a Lei não permite.

Vermil (Guimarães, Braga)
Foi apresentado protesto porque a mesa aceitou que 13 pessoas votassem acompanhadas, alegando falsamente cegueira.

S. Estevão de Briteiros (Guimarães, Braga)
Foi apresentado protesto porque a mesa aceitou que pelo menos 12 pessoas votassem acompanhadas em casos que não estão previstos na lei.

Belmonte (Castelo Branco)
Uma eleitora apresentou-se acompanhada de mais 7, afirmando que eram todas cegas e que, por isso, as tinha de acompanhar à cabina de voto.
O delegado da APU provou, ao mostrar-lhes um boneco que rapidamente fez num papel e, que todas elas distinguiram perfeitamente, que tinham condições para votar sozinhas.

Lisboa
Na freguesia de S. José, secção de voto n.º 4, a irmã do padre da freguesia utilizou 9 votos. O primeiro foi o seu, os restantes disseram respeito a pessoas que foi declarado serem cegas, sem verdadeiramente o serem.

Lisboa
Na freguesia de Alcântara uma eleitora bastante idosa apresentou-se acompanhada para votar, explicando: «Eu não percebo nada disso, não percebo nada de política». O presidente da mesa declarou-lhe que, visto não ser inválida, nem ter qualquer deficiência física, o tinha que fazer sozinha, ao que o acompanhante retorquiu: «Não percebo porque, já é a quarta vez que cá venho votar por outros e até agora não houve problema!».

Afurada (Gaia, Porto)
Uma eleitora apresentou-se como sendo inválida, acompanhada por um indivíduo que exigia votar em sua substituição. O presidente da mesa foi ameaçado com uma faca pelo referido indivíduo por se ter oposto, visto conhecer a mulher e saber ser falsa a invocação de cegueira.

Tuios (Marco de Canaveses, Porto)
Vários eleitores apresentaram-se a votar com «atestados médicos» que diziam que tinham deficiências de visão. Mas não só não era verdade como se verificou que esses atestados não estavam assinados.

Porto
O director clínico do posto dos Serviços Médico-Sociais de Santo Tirso, Dr. João Albino da Cruz Carneiro, passou um atestado de cegueira a Maria Baptista Pinto, que, momentos antes de ir votar, viu um objecto que o presidente da mesa lhe mostrou. O próprio filho da votante, delegado na mesa de voto, confirmou que a sua mãe não era inválida.

Fiscalizar as eleições, criar as condições para que elas se desenrolem em todo o território nacional de modo livre e sério, é, para os democratas portugueses, uma tarefa tão necessária como o é o esclarecimento eleitoral. É, como dissemos no último número do «Avante!», tarefa importante e inadiável: dela vai depender, do mesmo modo que do voto esclarecido, a vitória que se prepara sobre a coligação reaccionária que está no poder e que já demonstrou ser capaz de tudo para o conservar.

Reforçar a fiscalização denunciar as fraudes

Nunca é de mais lembrá-lo: a fraude é um dos instrumentos de que a reacção se serve e de que vai de novo servir-se ao crescer-lhe o medo de se ausentar da área do Governo, de perder a maioria de deputados que conseguiu embora contra a vontade da maioria do Povo português. A fiscalização das eleições impõe-se sempre, como acto democrático. Por maioria de razões se impõe quando há um Governo reaccionário que quer eternizar-se no poder e que vai, ele próprio facilitar e estimular a baixa tarefa de falsificação que os seus caciques se preparam para repetir.

Como chama a atenção o livro recentemente editado pela Editorial «Caminho», da autoria de Luís Sá e Ana Filipe, «Fraudes e irregularidades nas eleições 79», não falta quem — certos órgãos de comunicação social e dirigentes políticos — glose abundantemente o carácter exemplar das eleições. Refere-se o livro às eleições realizadas em 2 e 16 de Dezembro do ano passado. Mas poderia também referir-se a outras posteriores ao 25 de Abril, apesar de que nenhuma delas se possa comparar com as mascaradas do tempo do fascismo.

Os oposicionistas conhecidos — lê-se na Introdução —, os trabalhadores mais conscientes viram, então, riscados os seus nomes dos cadernos eleitorais; os legionários votavam em vários círculos em nome de mortos e ausentes; as mesas de voto eram cuidadosamente escolhidas; a contagem de votos era viciada; a «chapelada» era lei... A situação era evidente: sem fraude eleitoral tornava-se impossível «aguentar» o regime. Ora hoje, para um Governo que já demonstrou desrespeitar a Constituição e os outros órgãos de soberania, e ignorar mesmo, contrariando-as, as decisões dos tribunais, num país onde

a revolução democrática não conseguiu ainda varrer o caciquismo e o obscurantismo impostos em vastas zonas, a questão coloca-se: sem uma fiscalização democrática do acto eleitoral, sem que as fraudes que já hoje se planeiam pela calada dos gabinetes e nas casas ricas dos senhores de terras e de fábricas possam ser denunciadas e impedidas pelos delegados e pelos membros das mesas que representam as forças democráticas, os métodos do antigamente não completamente extirpados no Portugal democrático de hoje, voltarão a deturpar os resultados da escolha que o povo fizer.

As fraudes existem

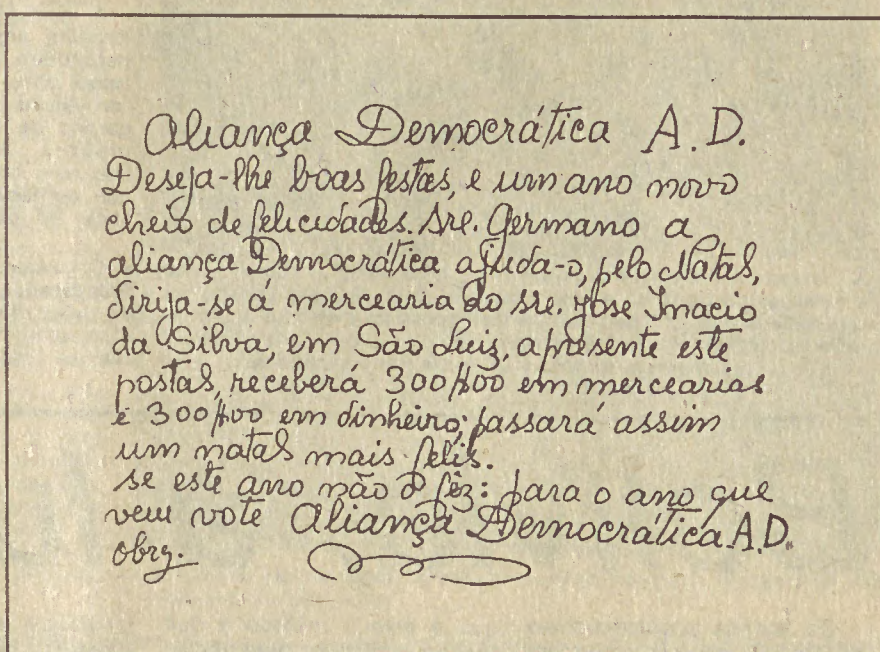
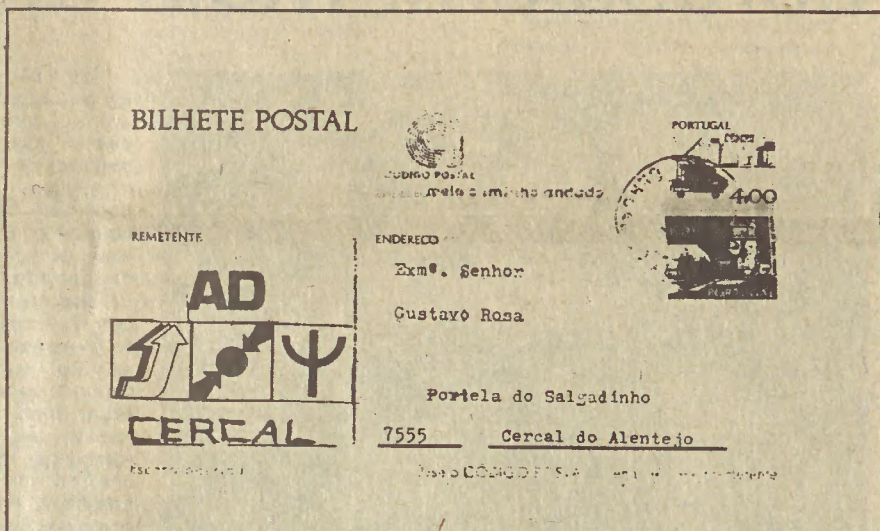
Porque as fraudes existem mesmo. E não se resumem apenas a histórias isoladas e negativamente exemplares, como o caso que referimos a semana passada, dos 200 «cegos» que votaram na freguesia do Rego, Celorico de Basto, que apenas conta 766 eleitores! As fraudes são abundantes e constituem um sistema para o qual contribui a longa experiência acumulada no tempo do fascismo pelos caciques e pala reacção em geral.

Os abundantíssimos exemplos que o livro agora publicado, e a que fazemos referência, trazem a lume, revelam que elas começam mesmo antes do próprio acto eleitoral, através das mais variadas pressões e ameaças, boicotes ao esclarecimento, prepotências, ilegalidades de toda a espécie. E continuam durante o acto eleitoral, sendo a mais vulgar o voto acompanhado de pessoas cujo acompanhante alega serem cegas. Se a «AD» pudesse, transformaria Portugal num país de cegos... Os exemplos são abundantes mas estão longe de constituir um levantamento exaustivo, como de resto o próprio livro sublinha. São suficientes porém para que todos os democratas fiquem alertas. Delegados e membros das mesas têm papel fundamental na denúncia pronta das fraudes e no seu impedimento, apresentando protestos e accionando os mecanismos legais que contrariam actos, decisões e comportamentos claramente ilegais e irregulares.

Trabalhar para a vitória

A presença e a firmeza de actuação de delegados da APU, bem preparados no conhecimento dos

mecanismos legais que regem o acto eleitoral, no máximo de assembleias de voto, a boa preparação e determinação dos membros das mesas em defender a legalidade, podem ser determinantes para reforçar a posição das forças democráticas e derrotar a reacção, podem ser determinantes para o avanço da Aliança Povo Unido e para alcançar a vitória sobre a «AD». Escassos votos perdidos, um punhado de votos de falsos cegos e é menos um deputados da APU, menos uma voz democrática na próxima Assembleia da República. Já aconteceu e não é de mais recordá-lo: em Castelo Branco, distrito onde se verificaram muitos casos de fraudes, a APU não elegeu um deputado por apenas 94 votos. As eleições que vão disputar-se no próximo dia 5 de Outubro são decisivas para a democracia no nosso país. Por isso é necessária uma grande mobilização de activistas da APU que em todo o território nacional participem na fiscalização eleitoral. Não apenas como delegados: os membros das mesas, que aí se encontram permanentemente (diferentemente dos delegados das assembleias de voto, que podem ter várias mesas a fiscalizar a seu cargo) têm um importantíssimo papel a desempenhar. E têm de preparar-se para ele. Para que a vitória venha a ser realidade.



Recebu		FACTURA N.º	
20 de 12 de 1979			
MANUEL ANTONIO		MADRID, LERDA, VALE	
JOSÉ INACIO DA SILVA		Fazendas	
COMERCIANTE		DEVE	
Mercadorias, tipografias e vários			
S. LUIS ALFONSO			
1	Garrata verde	12	50
1	Garrata alba	53	50
1	Pacote ARROZ	20	50
1	Pacote ALICAN	24	00
1	77 bolitas	32	00
1	77 plantas	18	70
1	77 amala	5	10
1	77 enlaguele	10	20
1	6 de Banha	19	50
1	6 de fofonho	5	00
Recebu em dinheiro		300	00
		600	00

As tentativas de corrupção dos eleitores por parte da «AD» são a outra face da mesma moeda: a da batota eleitoral, da actividade caciqueira. Numa das mãos, o dinheiro e os géneros para aliciar; na outra, a moça para obrigar. Os documentos acima reproduzidos são bem elucidativos: o postal a anunciar a «iniciativa» e a factura relativa a um eleitor «ganho» para a «AD»!

«Assembleia Municipal XXX votos»
«Assembleia de Freguesia XXX votos»
«Câmara Municipal XXX votos»

pelo que se tornou impossível verificar os votos determinados para cada partido. A Assembleia resolveu, então, considerar a listagem fornecida pela Câmara baseada nos telefonemas recebidos no próprio dia das eleições para apuramento provisório...

Aranhas (Penamacor, Castelo Branco)
O presidente da mesa, que era o pároco da freguesia, levou, à hora do almoço, os editais com as listas dos concorrentes para sua casa. Foi apresentado protesto da APU.

Melo (Gouveia, Guarda)
Várias pessoas votaram com o autocolante da AD, com a permissão dos elementos da mesa.

Gagos (Guarda)
A secção de voto fechou às 16 horas, apesar de haver eleitores que ainda não tinham votado.

Pousada (Guarda)
A secção de voto fechou antes das 19 horas, apesar de não terem votado todos os eleitores.

Serro Ventoso (Porto de Mós, Leiria)
O presidente da mesa pretendia levar a uma até à casa das pessoas para as obrigar a votar. Foi impedido pelo delegado da APU.

Turquel (Alcobaça, Leiria)
Nas eleições para as autarquias, elementos reaccionários tinham emboscadas preparadas aos delegados da APU, que, por este motivo, não puderam ocupar os seus lugares nas Assembleias de voto. Apesar dos contactos prévios com as autoridades, estas não garantiram a necessária protecção.

Milagres (Leiria)
O presidente da mesa, a meio da votação, encomendou cerveja para todos, dizendo que era por conta da AD. Isto passou-se na presença de vários eleitores.

Favões (Marco de Canaveses, Porto)
Quando dois eleitores se apresentaram para votar viram os seus nomes já descarregados nos cadernos eleitorais.

Mouriz (Paredes, Porto)
A mesa de voto só abriu às 10 horas. Faltavam duas folhas nos cadernos eleitorais.

Domes (Ferreira do Zêzere, Santarém)
A mesa permitiu que um deficiente psíquico notório votasse.

Arcos de Valdevez (Viana do Castelo)
Muitos foram os que votaram duas vezes; por si e pelas respectivas mulheres.

Carralcova (Arcos de Valdevez, Viana do Castelo)
A Assembleia de voto fechou duas horas mais cedo. As 17 horas, o presidente, AD, mandou tocar os sinos da Igreja a convocar os eleitores. Esperou meia hora e como ninguém aparecesse fechou a urna.

Britiando (Lamego, Viseu)
Um provocador da AD apontou uma pistola a Henrique do Carmo, delegado do PS, e à delegada da APU, no intuito de os impedir de fazerem parte da mesa.

Cavemães (Viseu)
Nas cabinas de voto assinalavam o boletim ao mesmo tempo mais de 3 e 4 pessoas. Houve muitos maridos a votarem pelas respectivas mulheres. O delegado da APU foi agredido. Nesta freguesia apareceram mais 20 votos do que o número de eleitores inscritos.

Santosebos (Viseu)
O presidente da Junta de Freguesia desta localidade fez, dentro da secção de voto propaganda da AD.

Silva de Cima (Sátão, Viseu)
A mesa era, toda ela, composta por elementos da AD, que, assim, pôde contar os votos sozinha.

Fajã da Ovelha (Calheta, Açores)
No exterior da Assembleia de voto, homens do CDS distribuíam panfletos do seu partido às pessoas que se encaminhavam para votar.